

## DOSSIÊ - DOSSIER

# Perpectivas sobre isolamento, contato e resistência dos povos tupi na Amazônia brasileira

Perspectives on isolation, contact and resistance  
of Tupi peoples in the Brazilian Amazon

*organizado por/*

Daniel Cangussu

Laura Furquim

Leonardo Viana Braga



Foto: Daniel Cangussu, 2018.

Maandéi Juma olhando o pé de castanha que Iporia (seu pai) derrubou.

“Jã ‘ýwa Iporía etýgawéra”. Terra Indígena Juma



## **Abertura: Instrumentos de promoção das políticas para povos indígenas isolados e de recente contato: os Tupi no arco do desmatamento**

Opening: Instruments of promoting policies for isolated and recent contacted indigenous peoples: the Tupi in the arch of deforestation

Leonardo Viana Braga<sup>1</sup>  
ORCID: 0000-0001-6332-5345

Daniel Cangussu<sup>2</sup>  
ORCID: 0000-0001-5744-6319

Laura Pereira Furquim<sup>3</sup>  
ORCID: 0000-0001-8425-3125

DOI: 10.26512/rbla.v14i1.46430

Recebido em setembro/2022 e aceito em novembro/2022

As pessoas perguntam: “Será que é verdade que os Tenharim usam todo esse território?”. Lógico que a gente usava e usa. O contato diminuiu muito a gente. Isso tudo era cheio de gente. E hoje só tem esse pouco por causa do contato, da epidemia. Então, nós Tenharim, a gente só se preocupava com o nosso território. [...] Por isso que nós temos terra. Muitos perderam terra. A gente não vai se acostumar com outra terra, porque nosso espírito não vai se acostumar. Nós queremos nossa terra, onde nós andamos. Onde nosso passado andou. Conhecemos nossa terra. Não queremos terra dos outros. É assim que a gente pensa e assim que nós somos. Margarida Tenharim

O Estado [brasileiro] sempre discutiu de forma muito fechada, essa questão de povos isolados e de recente contato sempre foi uma pauta vista como propriedade do Estado. Propriedade porque se se

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, PPGAS/USP, e Assessor do Programa Zo'ê do Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena. E-mail: leovianabraga@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre da Universidade Federal de Minas Gerais, PPG-ECMVS/UFMG, e auxiliar em indigenismo da Frente de Proteção Etnoambiental Madeira-Purus, FPE-PM/Funai. E-mail: cangussu.isolados@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutoranda pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, MAE/USP. E-mail: laura.furquim@usp.br

discutisse no movimento indígena ou com outras organizações era visto como ameaça. E a gente tem quebrado esse conceito de que o assunto dos povos isolados é de propriedade do Estado, como eu falei na vez passada. É nosso, enquanto indígenas, porque a gente está falando da vida dos nossos parentes. Ângela Katxuyana

A atividade intelectual dos desprovidos de poder é sempre caracterizada como não intelectual. Creio que essa questão deve ser realçada, não só como uma dimensão da pedagogia, mas também como uma dimensão da política. Paulo Freire

## 1. Introdução<sup>4</sup>

Desde 1987, com a mudança na perspectiva metodológica da Fundação Nacional do Índio, Funai, e a instauração da chamada política de não-contato, muito se tem avançado com as políticas de proteção para povos indígenas isolados e de recente contato em nosso país, ainda que muito esteja por ser aprimorado (cf. Gallois 1992, Huertas 2002, Forline e Pozzobon 2006, Octavio e Azanha 2009, Vaz 2011, Amorim 2016, 2018, 2019, Land is Life

---

<sup>4</sup> Agradecemos, primeiramente, aos membros da Comissão Editorial da *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*. Aos professores Ana Suely Arruda Câmara Cabral, Jorge Domingues Lopes e Marci Fileti Martins por terem aceitado nossa proposta de dossiê, e à Mariana de Fátima Melo Viana pela editoração e diagramação dos textos. Somos gratos à Mandeí Juma por nos permitir utilizar sua imagem na capa desse do dossiê. Também a todos os autores que aceitaram o convite para participar das diferentes seções do mesmo. Tal como sugerido pela Comissão, optamos por um sistema de avaliação aberto dos artigos aqui apresentados, visando estimular um diálogo mais direto e interessado entre autores, pareceristas e organizadores. Desse modo, agradecemos também aos pareceristas Claide de Paula Moraes, Edmundo Peggion, Elias Bigio, Fabrício Amorim, Felipe Vander Velden, Gabriel Bertolin, Ian Packer, Joana Cabral de Oliveira, Mariana Petry Cabral, Miguel Aparicio, Patience Epps, Paulo Maia Figueiredo, Priscila Ambrósio Moreira, Thiago Kater e Uirá Garcia. Nosso agradecimento aos professores Georg Grünberg e William Balée que autorizaram a tradução de seus respectivos textos aqui publicados e que, gentilmente aceitaram revisar tais traduções, e à comissão da revista *Tipiti - Journal of Society for the Anthropology of Lowland South America*, por autorizar a tradução do artigo de Peter Gow. À Jennifer Watling e Carolina Aragon pela parceria nos textos traduzidos. Agradecemos a professora Marta Azevedo, a Altair Algayer, Amanda Villa, Carolina Aragon, Cíntia Lemes, Clarisse Jabur, Danilo Paiva Ramos, Eduardo Biagioni, Fabio Nogueira Ribeiro, Gabriel Bertolin, Guilherme Cardoso, Guilherme Daltro Siviero, Juliana Oliveira Silva, Juliano Franco-Moraes, Maria Emilia Coelho, Miguel Aparicio, Natasha Mendes, Sílvia Moan da Silva e Tarsila Menezes, pela ajuda com informações que compõem esse texto de abertura. Por fim, agradecemos a Carolina Aragon, Fabricio Amorim, Felipe Vander Velden e Hugo Pedreira pela leitura, informações, comentários e sugestões a versão preliminar deste texto.

2019, Jabur 2021, Fachin 2022). Há uma recente e crescente produção acadêmica e/ou indigenista voltada à proteção desses povos no Brasil e em outros países da América do Sul (p. ex. Loebens e Neves 2011, Opas *et al* 2018, Ricardo e Gongora 2019, Octavio, Coelho e Alcântara e Silva 2021, Alzza *et al* 2021, Ribeiro, Aparício e Matos 2022), que tem sido responsável por descrever os históricos de contato e isolamento de tais povos, bem como por refletir acerca das categorias políticas e instrumentos legais utilizados pelo Estado em distintos períodos, e ainda por relatarem experiências e episódios resultantes da execução de tais políticas. Nesse ínterim, a publicação de artigos científicos, entrevistas e relatos, tem cumprido uma dupla função, científica e política: contribui para reverter o apagamento histórico a que tais povos foram submetidos, promovendo o engajamento da pesquisa acadêmica com um tema ao qual ela dava ainda pouca atenção, e colabora para reflexão crítica, a sistematização e a publicização das políticas públicas voltadas a tais povos.

Seguindo a mesma trilha, esse dossiê tem quatro objetivos gerais: 1) contribuir para ampliar a reflexão acerca dos distintos históricos de contato e resistência vividos por povos em isolamento e em contato inicial, com um foco especial em indígenas de línguas tupi; 2) apresentar estratégias e metodologias que vêm sendo construídas e aplicadas mediante as referidas políticas de proteção; 3) complexificar as categorias de isolamento e contato (inicial); e 4) reconhecer e promover diferentes formas de participação e de protagonismo dos povos indígenas na formulação das políticas públicas voltadas a si.

Aqui reunimos distintos instrumentos científicos, indigenistas e indígenas, que visam o benefício de tais políticas, e cujo alcance exige, necessariamente, uma abordagem transdisciplinar. São articuladas diferentes áreas do conhecimento acadêmico, tais como a arqueologia, a etnologia, a linguística e a ecologia histórica, fazendo com que perspectivas etnográficas, históricas e/ou de longa duração, possam se complementar. Por sua vez, a essa abordagem científica diversa, soma-se uma atuação profissional também diversa. São trabalhos fruto da experiência de, em sua maioria, jovens profissionais que têm atuado na interface entre a pesquisa acadêmica e o indigenismo de Estado ou da sociedade civil. Por fim, os trabalhos procuram pensar as características de diferentes povos tupi – Akuntsú, Apiaká, Araweté, Asurini, Awá Guajá, Cinta-Larga, Juma, Ka’apor, Karitiana, Katawixi, Kayabi, Piripikura, Sirionó, Wyrapara’ekwara, Wajãpi, Zo’é, povos possivelmente de filiação tupi em tempos pré-coloniais ou do

presente, além de “registros não confirmados” em vizinhança de outros povos tupi – enfatizando também a diversidade de situações em que se encontram, e de que maneiras operam suas políticas próprias. Dessa forma, os instrumentos aqui ressaltados visam demonstrar como a ligação entre políticas indígenas e não indígenas pode servir para a proteção tanto de povos isolados quanto os de recente contato, e mesmo de povos vizinhos com trajetórias de contato mais longas e intensas.

O dossiê contempla as diferentes seções da revista, incluindo relatórios, traduções, uma entrevista e mais de uma dezena de artigos originais. Ele será publicado em duas partes. Neste número 14 da revista, o leitor tem acesso à primeira parte. A segunda, será publicada em 2023. Essa abertura contempla o conteúdo das duas partes.

## **2. Povos tupi isolados e de recente contato**

Os povos tupi estão entre os mais diversos e numerosos povos indígenas nas Américas, e compartilham uma história milenar de migrações e interações demonstradas por meio de estudos comparativos de linguística, arqueologia, genética, biologia, demografia, história indígena e etnologia (cf. Métraux 1927, Rodrigues 1964, 1999, Susnik 1975, Brochado 1989, Noelli 1996, Viveiros de Castro 1996, Moore 2007, Neves *et al* 2011, Almeida e Neves 2015, Silva e Noelli 2017, Castro e Silva *et al* 2019). O processo de migração e expansão desses povos – que diversos autores relacionam ao desenvolvimento da agricultura – está associado principalmente à família Tupi-Guarani, a partir de uma miríade de ramificações territoriais e fluviais percorrendo áreas de florestas tropicais a partir de seu centro de origem e dispersão localizado, ao que tudo indica, no Sudoeste amazônico. Em 1500, os Tupi ocupavam grande parte da bacia Amazônica, praticamente todo o litoral brasileiro, e o complexo Guaporé-Paraná-Paraguai-Uruguaí na parte centro-sul do subcontinente. Com a invasão europeia, a população tupi, que estava em processo de expansão demográfica e territorial e que experimentava neste período uma intensa mobilidade, começou a decair e se retrair em função de epidemias, guerras e escravização. Em função das trajetórias coloniais, o tupi foi a língua nativa com maior apropriação por não indígenas, base da chamada Língua Geral, usada no projeto de conversão e dominação territorial. Ao longo de mais de cinco séculos esses povos passaram por distintos históricos de contato e isolamento, que culminaram com a sua migração, circunscrição territorial, apagamento, ressurgimento, recusa ao contato e/ou extinção.

## Registros de povos tupi em isolamento e em contato inicial

Há pelo menos 120 “registros” de povos indígenas isolados no país<sup>5</sup>, entre os quais 28 são considerados “registros confirmados” pela Funai<sup>6</sup>. Por sua vez, entre estes 28, sete são registros tupi (cf. Ricardo e Gongora 2019: 26-27): Cautário, Bananeira (ambos relacionados aos Wyrapara’ekwara da TI Uru Eu Wau Wau, RO), Kawahiva do Rio Muqui (relacionado aos grupo Jureuí da TI Uru-Eu-Wau-Wau, RO), Piripikura (TI Piripikura, MT), Kawahiwa do Rio Pardo (TI Kawahiwa do Rio Pardo, MT), Igarapé Presídio (TI Caru, MA) e Araribóia (TI Araribóia, MA, ambos relacionados aos grupos Awá Guajá isolados do estado do Maranhão) – sendo ainda que os registros Massaco (TI Massaco, RO) e Tanaru (TI Tanaru, RO) têm grande possibilidade de ser também de indígenas tupi.

Aproximadamente metade dos registros considerados “não confirmados” pela Funai – e que necessitam de mais investimento de pesquisa e expedições de campo para sua confirmação – encontram-se presentes em regiões habitadas por outros povos tupi, isolados ou não, havendo grande possibilidade de que sejam falantes do mesmo tronco linguístico, como Katawixi (TI Jacareúba/Katawixi, AM), Igarapé Piaçava (TI Ituna-Itatá, PA), Igarapé Bom Jardim (TI Araweté, PA), Alto Tapajós (TI Munduruku, PA), Rio Amapari/Alto Oiapoque (no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, AP), Igarapé Pacutinga (no PES Igarapés do Juruena, MT), Pontal (TI Apiaká do Pontal e Isolados e Parna do Juruena, MT), Mão de Onça (TI Awá, MA) e Ilha do Bananal (TI Inawebohona e Parna do Araguaia, TO).

<sup>5</sup> Os termos “povos indígenas isolados” e “povos indígenas de recente contato” são conceitos administrativos utilizados pelo governo brasileiro a fim de categorizar, respectivamente, povos que interromperam relações intermitentes ou contínuas com os não indígenas, ou mesmo com outros povos indígenas com quem compartilham um mesmo contexto histórico e social, e aqueles que mantêm relações de contato permanente e/ou intermitente com segmentos da sociedade nacional e que, independentemente do tempo de contato, apresentam singularidades em sua relação com a sociedade nacional e seletividade (autonomia) na incorporação de bens e serviços (<https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/povos-indigenas-isolados-e-de-recente-contato>).

<sup>6</sup> Os Registros de Povos Indígenas Isolados, RPIIs, são considerados as unidades base no processo de sistematização de dados sobre o reconhecimento da existência de povos indígenas isolados na Amazônia (cf. Amorim 2022). Expressam-se normalmente como uma coordenada geográfica inferida, e são responsáveis por reunir informações sobre o histórico de isolamento, avistamentos e ações de campo da Funai. Adotamos aqui também os dados produzidos pelo Conselho Indigenista Missionário, CIMI, o qual vem administrando um banco de dados próprio que já foram publicados anteriormente (Loebens e Neves 2011; cf. também Ricardo e Gongora 2019: 24-32).

Das quatro Terras Indígenas demarcadas exclusivamente para povos isolados e já homologadas, é provável que na TI Massaco (a primeira assim homologada, no ano de 1998) exista presença de indígenas de filiação linguística tupi (cf. Villa neste dossiê). Oito TIs exclusivas para isolados ainda não foram homologadas, mas estão interditadas por meio do mecanismo de Restrição de Uso<sup>7</sup>. Dentre elas, cinco são de povos tupi confirmados ou prováveis: TIs Ituna-Itatá (PA), Jacareúba-Katawixi (AM)<sup>8</sup>, Piripikura (MT), Tanaru (RO), e Kawahiva do Rio Pardo (MT), sendo que esta última já foi declarada, e encontra-se em etapa pendente de demarcação física e subsequente homologação (cf. OPI 2022: 28)<sup>9</sup>.

Atualmente existem ao menos dezenove povos considerados de “recente contato” no Brasil pela Funai, dentre os quais oito são Tupi: Akuntsú (TI Rio Omerê, RO), Amondawa (TI Uru-Eu-Wau-Wau, RO), Araweté (TI Araweté/Igarapé Ipixuna, PA), Avá-Canoeiro (TIs Avá-Canoeiro, GO, e Taego Awã, TO), Awá Guajá (TIs Caru, Awá-Guajá e Alto Turiaçu, todos no Maranhão), Juma (TIs Uru-Eu-Wau-Wau, RO, e Juma, AM), Parakanã (TI Apyterewa, PA) e Zo’é (TI Zo’é, PA) (cf. Jabur 2021: 432). Há divergências sobre a inclusão dos Araweté e Parakanã nessa categoria de registros. Por sua vez, optamos por considerar os Piripikura como “isolados”, dado que, ainda que já tenham tido contato mais de uma vez com servidores da Funai local – e até mesmo sido levados à São Paulo para tratamentos de saúde, por exemplo –, suas idas a base da Frente de Proteção Etnoambiental Madeirinha-Juruena eram intervaladas em anos até pouco tempo atrás<sup>10</sup>.

---

<sup>7</sup> A Restrição de Uso é um mecanismo jurídico provisório de proteção de determinadas áreas enquanto o processo demarcatório e/ou de reconhecimento da presença de indígenas isolados estão sendo desenvolvidos. Elas existem conforme o princípio de precaução implementado por meio de portarias da presidência da Funai. Dessa forma, são utilizados com o intuito de garantir a proteção da área enquanto tais processos de trabalho são realizados, dada a morosidade do Estado (cf. OPI 2022: 27-37).

<sup>8</sup> Desde dezembro de 2021, o governo de Jair Messias Bolsonaro não renovou a Restrição de Uso dessa Terra Indígena. (<https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/ha-um-ano-desprotegida-terra-indigena-jacareuba-katawixi-am-vira-terreno>). (Acesso em 04 de dezembro de 2022).

<sup>9</sup> As outras duas homologadas são as TIs Hi-Merimã (AM), para um povo confirmado enquanto falante de língua arawá, e Alto Tarauacá (AC), provavelmente um povo pano ou arawak. As demais em Restrição de Uso são as TIs: Igarapé Taboca (AC), Mamoriá (AM) e Pirititi (RR), que não estão em contextos com outros povos de filiação predominantemente tupi.

<sup>10</sup> As Frentes de Proteção Etnoambiental, FPEs, são unidades descentralizadas da Funai especializadas na proteção dos povos indígenas oficialmente conhecidos como isolados e de recente contato. Para um melhor entendimento sobre as FPEs e as peculiaridades do atendimento a esses povos ver <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoess/povos/>

Além disso, e sobretudo, sua postura segue sendo predominantemente de recusa, negando-se a conviver com não indígenas, com outros indígenas e, mesmo com seus antigos parentes (cf. Ricardo e Gongora 2019: 220; Octavio, Coelho e Alcântara e Silva 2021: 146-151).

### Os Tupi no arco do desmatamento

A flexibilização de normas fundiárias e ambientais, e a (des) regulamentação dos agrotóxicos, têm favorecido o desmatamento e a apropriação de terras e da água (cf. A. Silva et al. 2019), o que intensificou, ainda mais, a vulnerabilidade dos territórios indígenas, quilombolas e camponeses na região amazônica conhecida como “arco do desmatamento”<sup>11</sup>. Esta área, que abarca mais de 250 municípios em uma faixa que vai em sentido oeste do oeste do estado do Maranhão e sul do Pará, passando pelo Tocantins, Mato Grosso, Rondônia até o Acre, sofre hoje com alta atividade monocultivo de soja, de pecuária e com áreas desmatadas, inclusive para abertura ou ampliação de cidades. O avanço destas atividades tem cercado as áreas protegidas principalmente as Terras Indígenas. Nesse arco, existem 60 registros de povos indígenas isolados, ou seja, cerca de metade de todos os registros presentes na Amazônia brasileira.

Os dados sobre desmatamento indicam grande incidência dessas ameaças sobre territórios de povos tupi isolados (Oviedo *et al* 2019: 55). Entre as quinze mais ameaçadas onze são TIs habitadas por povos tupi (TIs Araribóia, MA; Araweté/Igarapé Ipixuna, PA; Aripuanã, MT; Cana Brava, MA; Jacareúba-Katawixi, AM; TIs Parque Indígena do Xingu, MT; Zoró, MT; Alto Turiaçu; Awá, MA; Caru, MA; Uru-Eu-Wau-Wau, RO), sendo que todas têm presença de indígenas isolados e quatro são ocupadas por povos de recente contato – as quatro últimas. O alto grau de ameaça também acontece, por exemplo, no caso de obras planejadas de grandes empreendimentos (idem: 52). Das quatorze TIs mais ameaçadas por estas obras, sete são TIs com povos tupi (TIs Cana Brava, MA, Sauré-Muyby, PA, Parque Indígena do Xingu, MT, Tanaru, RO, Aripuanã, MT, Apiaká-Kayabi, MT, Apiaká do Pontal e Isolados, MT), e dessas, as últimas três têm presença de indígenas isolados, assim como a TI Tanaru tinha até muito recentemente.

---

indigenas-isolados-e-derecente-contato (Acessado em 17 de agosto de 2020).

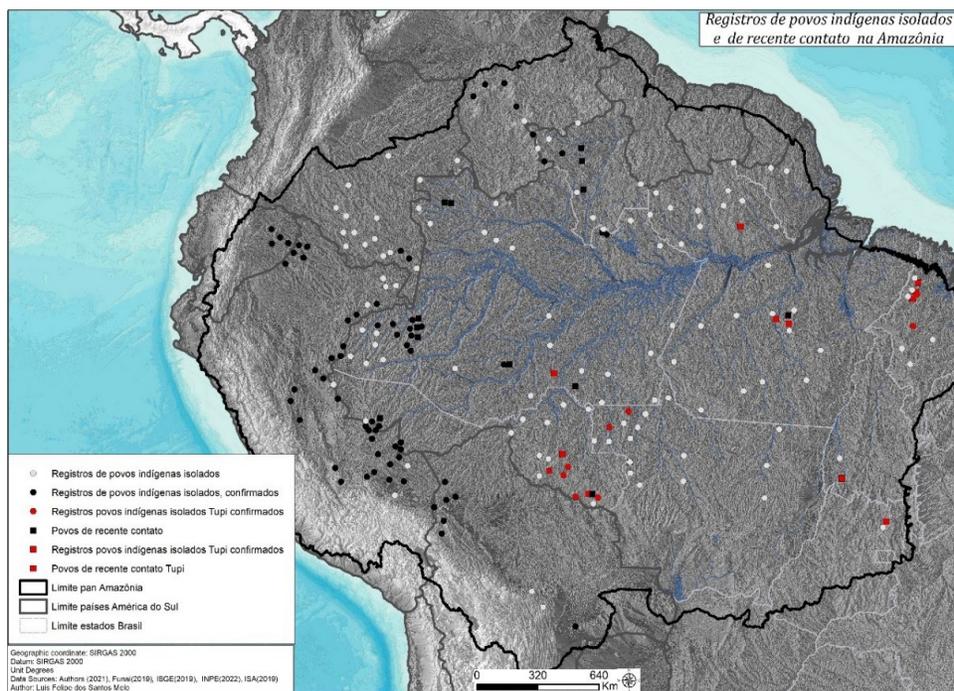
<sup>11</sup> Sobre a ideia de “arco do desmatamento”, veja: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/novo-arco-do-desmatamento-fronteira-de-destruicao-avanca-em-2019-na-amazonia> (Acessado em 08 de dezembro de 2022)

O Maranhão, no extremo leste da Amazônia brasileira, e a região abarcada pelo estado de Rondônia, sudoeste do Amazonas e noroeste do Mato Grosso, é onde se localizam os “registros confirmados” de povos tupi isolados, e metade dos registros dos tupi de recente contato (cf. Cangussu *et al* neste dossiê). Entre os sete registros de povos isolados presentes no estado do Maranhão e fortemente relacionados aos Awá Guajá de recente contato, por exemplo, apenas dois deles são confirmados. Entre eles está o grupo Awá Guajá habitante da TI Araribóia, um dos contextos com presença de povos isolados de maior vulnerabilidade territorial da América, principalmente devido à extração ilegal de madeira e às queimadas (cf. Garcia 2019). Outro exemplo são os registros relacionados aos Tupi Kagwahiva. Estima-se que pelo menos trinta registros, distribuídos pelo estado de Rondônia, sul do Amazonas e noroeste do Mato Grosso, estejam relacionados aos Kagwahiva, sendo que apenas três são confirmados até o momento. Estes registros estão em territórios bastante ameaçados pelo avanço do desmatamento, grilagem e garimpos ilegais (cf. Shiratori 2019a)

É significativo o fato de que os povos mais fragmentados são remanescentes confirmados ou prováveis de povos tupi localizados nessas duas regiões, tais como os Akuntsú, Awá Guajá, os Piripkura, os Kagwahiva do Rio Pardo, os Katawixi, os indígenas na TI Massaco. A grande possibilidade de sua extinção, a exemplo do povo do recém falecido indígena do Tanaru, não pode dirimir o fato de que sua população foi severamente reduzida por conta da invasão das Américas pelos europeus e da continuidade do colonialismo interno ao próprio Brasil. Esse fato aponta para uma questão latente hoje: a importância da celeridade na demarcação de suas respectivas terras para além de suas Restrições de Uso, uma forma de salvaguardar a integridade física desses povos, e também a memória de sua resistência frente o genocídio ainda em curso contra os povos indígenas (cf. OPI 2022: 29).

Por que os Tupi?

Edward Evans-Pritchard (2022 [1945]: 2), em uma palestra sobre antropologia aplicada, ressaltou a importância de a pesquisa antropológica não ser pautada pelas demandas de sua aplicação – naquele caso, da administração colonial inglesa –, afirmando que o melhor uso do conhecimento antropológico é a resolução de problemas propriamente científicos. Imagem 1 – Registros de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia



Ao defender esse argumento, dentre outras coisas, o autor dizia que o mais importante é que o antropólogo tenha uma formação que lhe permita uma compreensão global desses problemas, e não voltada a se tornar exclusivamente um especialista de um povo. De forma análoga, Peter Gow – em artigo traduzido para este dossiê –, ao apresentar sua proposta metodológica para o estudo da questão do isolamento entre povos indígenas na América do Sul, lembra que ainda que estejamos, por princípio, diante da impossibilidade da pesquisa etnográfica com esses povos, dada a política do não-contato vigente, “a pesquisa antropológica produziu uma compreensão muito impressionante das formas sociais indígenas amazônicas *em geral*, conhecimento que pode ser aplicado à questão” (2018: 7; tradução nossa; ênfases do autor).

Considerando esses argumentos, a título de justificativa, ressaltamos que, mesmo com o avanço significativo das pesquisas em etnologia americanista ao longo do século XX, há uma distribuição ainda desigual em extensão e densidade entre elas, havendo um destaque para o conhecimento científico acumulado que pode ser caracterizado como “um caso de fidelidade” (Dal Poz 2001: 170) dos pesquisadores com povos tupi, em especial tupi-guarani. O fator positivo dessa desproporção é que ela nos permite uma ampla compreensão de seus modos de vida e de um aspecto especial para

nós neste dossiê, que são suas territorialidades próprias (para exemplos de povos tupi amazônicos contemporâneos, ver Nimuendajú 1924, Ribeiro 1976 [1955], Caspar 1975, Menendez 1982, Viveiros de Castro 1986, Balée 1994, Fausto 2001, Havt 2001, Gallois 2004, Almeida e L. Garcia 2008, Vander Velden 2010, Silva e Stuchi 2010, Almeida e Silva 2015, 2019; Silva e Noelli 2015, Garcia 2018, Diniz 2016, 2017, Martins 2019, Braga, Pedreira e Cabalzar 2020). Trata-se de nos beneficiarmos dessa compreensão enquanto pesquisadores, fazermos render esse acúmulo também em termos indigenistas e, ao mesmo tempo, realizarmos um chamado para que mais pesquisadores se interessem em produzir estudos sobre outros contextos em igual proporção aos feitos com os Tupi.

As divergências entre disciplinas ou internas a cada uma delas sobre esse tipo de recorte baseado na língua são múltiplas (cf. Noelli 1996; Viveiros de Castro 1996; Gallois 2005; Vander Velden e Lolli 2021; Vander Velden neste dossiê). Também, as questões que serão apresentadas a seguir sobre as ações e estratégias indígenas e indigenistas, sejam em termos de suas histórias particulares, sejam sobre quais ferramentas e protocolos são empregados nas políticas aqui em foco, são desenvolvidas juntamente com povos de outras famílias linguísticas. As questões que nos mobilizaram a propor esse dossiê são, portanto, disseminadas para além do trabalho com povos tupi. Instrumentos tais como os apresentados aqui também estão sendo criados e aplicados por diferentes agentes que vêm trabalhando com povos arawá, aruak, karib, pano e yanomami, por exemplo (p. ex. Walker, Hamilton e Groth 2014, Ribeiro e Caixeta de Queiroz 2015, Manchineri 2019, Vasconcellos 2019, Almeida 2021, Shiratori, Cangussu e Furquim 2021).

Todavia, os dados de pesquisa científica já produzidos, além daqueles sobre as incidências de ameaças sobre os territórios apresentados acima, apoiam a justificativa de nosso recorte com povos tupi. É importante salientar que a unidade linguística que definiu o recorte dos trabalhos aqui apresentados não se configura como uma unidade cultural, estática e/ou monolítica, mas sim revestida de dinamismo histórico e porosidade social. A generalização “povos tupi” não deve estar livre de um olhar crítico sobre as conexões dos aspectos sociais com as línguas, com a cultura material, com as redes de relações, as áreas etnográficas, as paisagens históricas, entre outras formas possíveis de se definir analiticamente agrupamentos. Os históricos de contato e isolamento são, inclusive, peças fundamentais para a compreensão destes coletivos. Ademais, estarem localizados na zona de fronteira amazônica imposta pelo arco do desmatamento e demais ameaças

dele decorrentes é também um fator aglutinador que permeia a escolha deste dossiê.

Para além das possíveis divergências teórico-metodológicas e, claro, considerando-se as diferenças entre os próprios povos tupi, nosso maior interesse é, portanto, reunir um conjunto de trabalhos que beneficie, especialmente, antigos e novos servidores das Frentes de Proteção Etnoambiental da Funai, assessores de Organizações não-Governamentais de cunho indigenista, cientistas e/ou consultores acadêmicos independentes, membros das Organizações Indígenas, entre outros, que já atuam ou poderão atuar com esses povos tupi em isolamento e contato inicial. Há muito trabalho a ser feito com estes, e esperamos que este dossiê sirva também como um outro chamado, para que pessoas se disponham a uma formação técnica qualificada para atuação com eles.

### **3. Políticas para povos isolados e de recente contato**

A luta pela defesa dos direitos territoriais segue sendo a principal questão em termos de política de proteção dos povos indígenas. Por isso, políticas de educação, saúde, soberania alimentar, dentre outras – incluindo as questões recentes relacionadas à pandemia de COVID-19 – sempre estão articuladas às questões sobre a terra, e estratégias de proteção de povos isolados e de recente contato têm levado esse fator em consideração (cf. Gallois 1992, Vaz 2011, D. Rodrigues 2019, Pontes *et al* 2021, D. Rodrigues *et al* 2020, Jabur 2017, 2021, Barroso 2020, Matos *et al* 2021). Nesse sentido, o entendimento refinado sobre as características da territorialidade dos povos indígenas tem sido importante para a consolidação das metodologias e estratégias de proteção de povos em isolamento e contato inicial.

#### **Políticas indígenas: mobilidade territorial e recusa**

Em estudo publicado recentemente, Antonio Oviedo e Juan Doblaz (2022) demonstram que as unidades de conservação de uso sustentável “onde a ocupação tradicional é permitida (Resex e RDS) e as TIs, apresentaram os maiores índices para a regeneração [florestal], evidenciando o modo de vida e práticas de manejo sustentáveis implementadas pelas populações tradicionais”. Além disso, que “somente as terras indígenas são responsáveis pela proteção de 20,3% das florestas no Brasil”. Esses são dados importantes que subsidiam as políticas nacionais e internacionais de defesa da biodiversidade e combate à crise climática, por exemplo

(cf. Emperaire *et al* 2021). Diversos são os trabalhos que têm descrito as práticas de manejo agrícola e florestal dos povos indígenas e seus efeitos sobre a biodiversidade (p. ex. Posey 1986, Balée 1989, Clement 1999, Rival e McKey 2008, Fausto e Neves 2018, Cabral de Oliveira *et al* 2018).

Nesse ínterim, a própria mobilidade territorial desses povos, fundamentada na sazonalidade, e que se correlaciona com um desejo explícito por se viver disperso pelo território, pode ser pensada como uma política própria (veja, para exemplos entre povos de recente contato, Senra 2021b, Aparicio 2021, J. Silva 2022). Mais do que simplesmente conservar, estas práticas têm promovido a biodiversidade (cf. Furquim 2021, Franco-Moraes, Braga e Clemente, no prelo), além da qualidade nas relações sociais inerentes aos povos em questão. O mesmo pode ser pensado sobre a recusa ao contato (p. ex. Gow 2011; Ribeiro e Caixeta de Queiroz 2015; Yamada e Amorim 2016; Diniz 2017; Villa 2018; Garcia 2019; Manchineri 2019; Ribeiro, Aparicio e Matos 2022). Por exemplo, se pensarmos que o cadastro nacional da sociedade civil e o registro demográfico são formas estatais de controle populacional – derivados da Estatística enquanto uma ciência de Estado executada nos censos anuais –, e que foram usados no início do contato com povos indígenas como forma de controle e coerção, o fato de que a mobilidade territorial de povos isolados dificulta as estimativas populacionais (p.ex. Amorim 2022: 166) pode ser entendida como uma forma de resistir. Por outro lado, as políticas de proteção para isolados procuram conhecer, por meio de diferentes técnicas, os movimentos sazonais desses povos, o que é fundamental também para a realização de um monitoramento que evite o contato com eles (cf. Vaz 2011: 38). Considerar a mobilidade territorial, assim, como uma política própria dos indígenas, e historicamente como uma forma de resistência ao processo colonial (cf. Silva e Noelli 2015), requer o apoio e a garantia à mobilidade e à dispersão territorial como uma política pública, algo que vêm sendo explicitamente empregado junto a diversos povos indígenas, incluindo-se os isolados (Huertas 2002, Vaz 2011) e os de recente contato (cf. Braga, Pedreira e Cabalzar 2020; Vieira 2020).

De modo inverso à recusa ao contato, poderíamos pensar em outro sentido da recusa, a recusa ao não contato: o interesse de se traçar relações com interlocutores e parceiros indígenas e/ou não indígenas específicos manifestado por povos de recente contato, um tipo de seletividade praticado

também por povos com séculos de relação com a sociedade nacional<sup>12</sup>. A prática de concentração territorial em torno de aldeamentos demonstrou, desde o início da invasão europeia, a faceta autoritária e violenta explícita no chamado processo de pacificação (cf. Souza Lima 2015). Ainda hoje essas práticas são reproduzidas e têm consequências sobre as vidas de povos indígenas. O protecionismo estatal, sobretudo quando combinado com o proselitismo religioso, levou a posicionamentos unilaterais de agentes não indígenas para com os indígenas, incluindo os hoje categorizados como de recente contato (cf. Gallois e Grupioni 1999; Gallois 1992; Aparicio e Ribeiro 2022). Porém, é também conhecida a recusa desses últimos contra o tipo de concentração proveniente do assistencialismo (cf. Aparicio 2021: 29; Almeida 2021: 158), principalmente, quando se trata de um assistencialismo que se impregna de autoritarismo (cf. Ribeiro 2017). Esse sentido da recusa pode ser entendido como a efetivação do que Claude Lévi-Strauss (1993 [1991]; cf. também Gow 2018: 17-18) definiu como uma “abertura ao outro”: nem autonomia, em sua conotação de independência ou mesmo completo fechamento ao exterior, nem uma abertura não precavida, mas sim, a prática de uma “heteronomia” (cf. Sahlins *apud* Pimentel 2012: 73; Keese dos Santos 2021). Trata-se de uma recusa seletiva a determinadas relações (cf. Gallois 1992), que vai além da seletividade de bens e mercadorias tal qual um dos critérios de definição de “povos de recente contato” pelo Estado brasileiro (cf. Aparicio, no prelo)<sup>13</sup>.

### Políticas colaborativas e protagonismo indígena

Pode-se dizer que as políticas públicas de proteção para povos indígenas isolados e de recente contato têm sido pensadas de maneira cada vez mais colaborativas. Desde o tempo do Sistema de Proteção aos Índios, SPI, havia contribuições diretas dos indígenas implicados na proteção dos seus próprios territórios e/ou dos de seus vizinhos. Entretanto, essa participação foi por demais invisibilizada, algo que vem mudando, ainda que paulatinamente<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> Para um belo exemplo de etnografia sobre a recusa, e uma matização do processo de isolamento/contato entre os Mbya Guarani, ver Lucas Keese dos Santos (2021).

<sup>13</sup> Para uma nova síntese antropológica e arqueológica global sobre a mobilidade sazonal e recusa enquanto fenômenos políticos, ver David Graeber e David Wengrow (2022 [2021]).

<sup>14</sup> Ver Antônio Carlos de Souza Lima (2015) e Conrado Octavio, Maria Emilia Coelho e Victor Alcântara e Silva (2021) para, respectivamente, uma visão histórica sobre a participação indígena no campo da política indigenista brasileira em geral, e especificamente no das políticas para povos isolados e de recente contato.

Em termos metodológicos, a política de não-contato impôs uma participação indígena maior. A nosso ver, a mais radical expressão desta é a própria recusa ao contato, que gerou o entendimento de que a opção pelo isolamento é, em si, a resposta para qualquer tipo de consulta prévia, livre e informada (cf. Yamada e Amorim 2016; Ribeiro, Aparicio e Matos 2022; OPI 2022). A política do não contato também propiciou uma maior interlocução entre agentes indígenas e não indígenas. Os indígenas, antes requisitados como mateiros e/ou intérpretes, passíveis de serem entendidos pelos não indígenas como meramente auxiliares, têm hoje o seu protagonismo reconhecido nesses processos (ver, p. ex. Cangussu 2021, Almeida 2021, Amorim 2022). As reflexões feitas por lideranças indígenas vizinhas, sejam essas pessoas mais velhas e/ou líderes contemporâneas, vêm sendo mais respeitadas nas ações de proteção dos isolados, não só porque aqueles podem estar relacionados a tais povos por meio de parentesco, relações de troca e/ou conflitos históricos, mas também pelo prestígio intelectual inerente aos conhecimentos daqueles nesses processos.

Estas lideranças têm sido responsáveis pelo levantamento e sistematização de seus próprios “protocolos de relação” (Octávio, Coelho e Alcântara e Silva 2021: 279) com os isolados. Dentre estes, destacamos a Casa de Brinde e Vigilância empregada pelos Huni Kuin para a proteção dos Nawakui (registro de isolados Alto Rio Humaitá), com o apoio da Funai e da Comissão Pro-Índio do Acre, CPI/AC (Sabóia 2019: 163). Outro exemplo é a opção dos Manchineri e Jaminawa declarada no Plano de Gestão Territorial e Ambiental, PGTA, da TI Mamoodate, de reservar uma parte dessa terra para os Yine Hoshá Hajene, “povo desconfiado” (registro de isolados Mashco do Rio Iaco), apoiando sua proteção e também a dos indígenas de recente contato do Xinane (também conhecidos como Tsapanawa) junto a Funai (MAPKAHA, OCAEJ e CPI/AC 2016: 83; Manchineri 2019: 170-171). Destacamos, ainda, a proteção dos Awá Guajá isolados da TI Arariboia no Maranhão pelos chamados *Guardiões da Floresta*. Os *Guardiões* são uma rede de indígenas Awá Guajá, Gavião, Ka’apor, Krikati, Tembê e Tenetehara que nasceu da necessidade de desenvolverem estratégias de defesa e para se responsabilizarem pela fiscalização de suas terras. Isso devido, dentre outros fatores, à morosidade na atuação da Funai, e ao apoio que as forças de segurança do Estado dão àqueles que violam seu território. Mesmo diante desse quadro desastroso, em uma região amplamente ameaçada, como vimos acima, os *Guardiões* incluíram em suas estratégias a proteção dos isolados (cf. Schavelzon 2021).

Ressalta-se também uma série de modos de comunicação particulares, tais como: comunicação mental ou espiritual dos Huni Kuin com os Nawakui (Ricardo e Gongora 2019: 164), os sonhos dos Katxuyana com os Inkarĩni (idem: 96-97), as notícias e reflexões sobre os Awá isolados trazidas pelos cantos xamânicos dos Awá de recente contato (Magalhães e Garcia nesse dossiê), entre outras. Essas ações de cunho local são apresentadas mediante a participação de conhecedores e lideranças indígenas em eventos e em publicações nos quais essas políticas são discutidas, muitas vezes, mediadas por seu vínculo a importantes Organizações Indígenas tais como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, COIAB (cf. Ricardo e Gongora 2019, Land is Life 2019, Octavio, Coelho e Alcântara e Silva 2021, Bigio 2021). Além disso, os indígenas têm alcançado o Supremo Tribunal Federal, STF, também por meio dessas organizações, como é o caso da atuação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, APIB, que incluiu a proteção de povos isolados e de recente contato na sua agenda (cf. Barroso 2020, Fachin 2022). Estas lideranças e instituições indígenas insistem veementemente na mesclagem entre seus próprios protocolos e os protocolos oficiais (Octavio, Coelho e Alcântara e Silva 2021: 385), e acreditamos que se deve avançar muito ainda nessa colaboração<sup>15</sup>.

As pesquisas acadêmicas têm avançado com a inclusão dessas dimensões intelectuais locais nas metodologias de análise sobre as situações de povos isolados. O foco em aspectos cosmológicos e etnohistóricos em diferentes pesquisas tem permitido complexificar as ideias de contato e isolamento – incluindo-se pesquisas entre povos tupi (cf. Vander Velden 2017) e tupi de recente contato (cf. Diniz 2017) – e o entendimento sobre o lugar de mediação dos indígenas vizinhos nos conflitos e na comunicação com os isolados (Cangussu 2021, Almeida 2021, Amorim 2022). Pesquisas colaborativas e interdisciplinares sobre a reconstituição da situação histórica de povos isolados encabeçadas pela arqueologia, por exemplo, vêm se tornando uma forma de questionamento da hegemonia de narrativas não indígenas (cf. L. Garcia 2012, Silva e Noelli 2015, Rocha 2017), e trazem um enorme potencial para ampliar o reconhecimento das práticas cotidianas de povos em isolamento (cf. Shiratori, Cangussu e Furquim 2021) através da prática de uma “arqueologia do não-contato” (Cangussu et al 2022). Com isso, tem-se esboçado uma metodologia (cf. Forline e Pozzobon 2006; Octavio e Azanha 2009; Gow 2011, 2018) na qual as reflexões históricas e

<sup>15</sup> Sobre a importância das Organizações Indígenas no campo político brasileiro, ver Souza Lima (2015: 440-441).

cosmológicas dos próprios indígenas, além de seus protocolos de relação e formas de comunicação próprios para com os isolados não aparecem simplesmente como apêndices das fontes documentais produzidas por não indígenas.

Resta saber como esses protocolos e práticas indígenas – por exemplo, reflexões mitológicas e cosmológicas, ou comunicação xamânica por meio de cantos e sonhos, ações por meio de vias mentais e espirituais, como vimos acima –, além da participação direta dos indígenas nas dinâmicas administrativas e burocráticas, e consequente ocupação de cargos relacionados às políticas de proteção de povos isolados e de recente contato, poderão um dia ser respeitados de um modo pleno ou menos hierárquico no âmbito das políticas públicas, e não simplesmente tolerados por não indígenas. O papel da sociedade civil, sobretudo por meio das ONGs e da atuação de consultores acadêmicos, tem sido importante nesse processo, mesmo que não sem contradições (cf. Souza Lima 2015: 435, 447). Tais protocolos e práticas indígenas são vistos como não convencionais do ponto de vista tutelar do Estado, ainda oscilante entre um cientificismo positivista rondoniano e uma perspectiva hegemonicamente cristã (idem: 427-436). O mesmo acontece com a visada “pedagógico civilizatória da cooperação internacional” (idem: 442-443) incorporada na lógica de projetos executados pelas ONGs (cf. Ramos 2012: 30; Leira 2020), que recorrentemente está sujeita a uma agenda político-econômica (neo) liberal e de cunho generalista, isto é, desenvolvimentista, humanitária e/ou ambientalista, que pode secundarizar o foco nos direitos indígenas (cf. Albert 1995: 111) e suas próprias formas de tomadas de decisão e resolução de problemas. Dessa feita, estes conhecimentos e protocolos indígenas terminam sendo, no limite, desconsiderados por estas instituições (cf. Vander Velden neste dossiê). Reproduz-se nas políticas para povos isolados e de recente contato o caráter “por vezes figurativo” (Souza Lima 2015: 444, 447) que a participação indígena vem tendo no processo democrático mais geral no país<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Ainda que, como ressaltamos acima, quase todas as autoras e autores do dossiê tenham anos de experiência de compromisso político com os povos indígenas em questão, e que os trabalhos aqui apresentados evidenciem a colaboração direta dos indígenas na produção dos dados e delineamento das metodologias empregadas, é preciso registrar uma autocritica devido à falta de autoras e autores indígenas nos trabalhos, a exceção de William Cuellar, líder sirionó entrevistado por Roseline Mezacasa e Ana Suelly Cabral.

## Políticas de (in)formação

Nas políticas para povos de recente contato, a interface entre colaboração e o conhecimento acumulado sobre as práticas territoriais dos povos indígenas tem sido o *locus* de uma “política de informação” (Gallois 1992: 131), na qual proteção e formação necessitam ser faces de uma mesma moeda. A característica marginalização de povos recém-contatados foi, por muito tempo, reproduzida pelo protecionismo vigente, em especial o do próprio Estado e, sobretudo, antes da política do não-contato. Na medida em que se busca escapar dos resquícios desse tipo de tutela, propõem-se metodologias de abertura que subsidiem uma condução heterônoma por esses povos de suas relações com outros agentes indígenas e com não indígenas. Esses subsídios envolvem a promoção do acesso às alternativas disponíveis de relação do momento pelos órgãos competentes do Estado e da sociedade civil; o oferecimento de informações em correspondência com as expectativas desses povos; a abertura dos grupos para realidades diversificadas; a garantia de um espaço de relacionamento, não de simples resguardo; a garantia de que esses processos sejam gradativos e também controlados, mas não fechados; e a garantia de planejamentos didáticos específicos a cada contexto, e não genéricos (*idem*).

Após mais de duas décadas da promulgação da atual Constituição Federal, cujos artigos 231 e 232 descartaram os conceitos de integração e tutela, podemos dizer que a abertura prevista nas políticas de formação voltada para povos de recente contato caminhou lentamente (cf. Jabur 2021). Nesse ínterim, a questão da terra e sua proteção segue sendo o foco das atividades de formação. A elaboração e a implementação de PGTAs – previstas na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, PNGATI, vigente desde 2012 (cf. Bavaresco e Menezes 2014) – são hoje os principais instrumentos de promoção de novas formas para se garantir a autodeterminação em termos de gestão territorial desses povos em contato inicial no Brasil. A elaboração e a implementação de PGTAs se tornaram um meio de atuação conjunta entre o Estado, a sociedade civil e os próprios indígenas para a garantia dos direitos territoriais e afins desses últimos. Os primeiros PGTAs envolvendo a participação de povos de recente contato são uma amostra significativa da importância do engajamento dos próprios indígenas na execução dessas políticas que dizem respeito a sua governança (cf. Conselho do Povo Parakanã e Associação Tato’A 2018; Hutukara 2019; Iepé e FPEC 2019; FOIRN 2019; FOIRN e DIA WII 2020).

Esses PGTAs têm demonstrado de maneiras bastante concretas (cf. Jabur 2021: 429) o aspecto colaborativo previsto na PNGATI (Bavaresco e Menezes 2014: 40-43) que emerge dessa articulação entre políticas de proteção e de formação<sup>17</sup>. Isso ocorre, por exemplo, quando expedições de fiscalização dos limites de uma Terra Indígena, promovidas pela Funai e que contam com a participação dos indígenas, funcionam como vetores de ocupação/expansão territorial, abertura de novas aldeias, por exemplo, promovendo concomitantemente a segurança alimentar e qualidade nos modos de vida desejados pelos próprios indígenas (p. ex. Braga, Pedreira e Cabalzar 2020; Vieira 2020). Também quando levantamentos socioambientais e/ou de recursos naturais, são articulados com atividades de intercâmbio, com oficinas de elaboração de mapas, com a alfabetização, além de outras formas de se propiciar um entendimento sobre a situação regional e global nas quais esses povos estão envolvidos (cf. Cayón 2014, Gallois, Pedreira e Braga 2020, Senra 2021a, Vieira 2020). Os resultados dessa articulação são explicitados especialmente nas seções dos livros dedicadas às chamadas “diretrizes” (cf. Hutukara 2019: 93-139; Iepé e FPEC, 2019: 38-113; FOIRN 2019: 216-248; FOIRN e DIA WII 2020: 85-133), que enunciam como se deve cuidar da própria Terra Indígena, como os parceiros não indígenas devem apoiar essa proteção e, de modo geral, como se espera que a sociedade nacional respeite seus modos de vida e a reprodução deles. Dessa forma, atividades de formação visam subsidiar uma melhor compreensão sobre os conhecimentos e as tecnologias dos não indígenas por parte dos indígenas, garantindo a eles um acesso mais direto aos seus próprios direitos e, como dissemos acima, tentando evitar a clássica postura tutelar que os julgava incapazes de serem protagonistas dos próprios processos históricos que estão vivenciando.

As Terras Indígenas Alto Rio Negro e DIA WII (onde estão os Hupdä’h, os Yuhupdeh e parte dos Yanomami) (FOIRN 2019; FOIRN e DIA WII 2020), Apyterewa (Parakanã) (Conselho do Povo Parakanã e Associação Tato’a 2018), Yanomami (Hutukara 2019) e Zo’é (Iepé e FPEC 2019) já possuem seus PGTAs, construídos com a participação direta dos indígenas nas diversas etapas de sua elaboração: em intercâmbios, levantamentos socioambientais, mapeamentos, oficinas e reuniões que subsidiaram a estruturação do plano, além da própria escrita do texto (ou parte dele) em português e nas respectivas línguas indígenas. Podemos ressaltar também

<sup>17</sup> Ver Ivo Gomes Doro Filho (2015) para uma complexificação crítica da ideia de participação no âmbito da PNGATI.

uma outra forma de participação presente em outros PGTAs. Dentre as TIs onde se localizam os Awá Guajá, apenas a TI Araribóia possui PGTA, onde parte dos Awá isolados divide o território com os Tenetehara<sup>18</sup>. Já a TI Kampa e Isolados do Rio Envira possui um plano de gestão desde 2011 (Povo Asheninka do Rio Envira 2011), ou seja, anterior à criação da PNGATI e ao contato com os isolados do Xinane ocorrido em 2014, hoje considerados de recente contato. Em ambos os casos – ao modo do que foi explicitado acima sobre o PGTA da TI Mamoadate –, a existência dos isolados e o reconhecimento de seu direito à recusa foi considerada na elaboração desses planos pelos demais indígenas e parceiros não indígenas envolvidos, caracterizando-se, portanto, como um tipo ambivalente de participação, ativa ainda que indireta<sup>19</sup>.

Dessa forma, entendemos que a mobilidade territorial, a recusa ao contato e a recusa seletiva – estas últimas também com suas implicações territoriais – devem ser pensadas, portanto, como políticas ativas dos povos indígenas isolados e de recente contato e, por que não, como seus próprios instrumentos de proteção territorial. Relembrando os objetivos deste dossiê, apresentamos acima diferentes aspectos de como esses instrumentos indígenas de resistência se efetivam diante dos históricos de contato e isolamento vividos por estes povos, reconhecendo sua participação direta nas políticas de proteção de seus territórios e de suas próprias vidas. Por sua vez, elencamos estratégias e metodologias que vêm sendo construídas e aplicadas pelos parceiros não indígenas representantes do Estado e da sociedade civil engajados na efetivação de tais políticas de proteção. Cabe

---

<sup>18</sup> Não conseguimos ter acesso ao PGTA da TI Araribóia. Versões preliminares foram feitas para a TI Caru, mas não há ainda nada em processo para as TIs Awá e Alto Turiaçu.

<sup>19</sup> A TI Paraná do Boá-Boá (AM) possui um levantamento etnoecológico (Funai, PPTAL e CTZ 2008). Ela é ocupada pelos Nadöb, falantes de uma língua naduhup, que são outro povo cuja consideração enquanto de recente contato está em discussão. A TI Uru-Eu-Wau-Wau possui um diagnóstico etnoambiental já antigo (Kanindé 2002), que parece ter contato com uma participação indireta dos indígenas de recente contato (Amondawa e Juma) apenas como “auxiliares de campo” e/ou “informantes [de] História Oral”, assim como os próprios Uru-Eu-Wau-Wau. A TI Avá-Canoeiro não possui ainda PGTA. Mas há uma linha de compensação ambiental com atividades de reflorestamento, por exemplo, implementada em função da construção da usina de Furnas, cujas bases foram construídas com o intuito de proteger seu próprio patrimônio e não os indígenas na região. Portanto, é muito baixa a participação e o protagonismo dos indígenas. As TIs Araweté/Igarapé Ipixuna, Cachoeira Seca (Arara), Enawene-Nawe, Pirahã, Rio Omerê (Akuntsú e Kanoé), Suruwaha, Vale do Javari (Korubo e Tsohom Djapa) e Waimiri-Atroari, ainda não possuem seus PGTAs, ainda que alguns estejam em construção.

a estes parceiros apoiarem as práticas de mobilidade e de recusa daqueles, além da maior ocupação de cargos administrativos das políticas indigenistas pelos indígenas, promovendo uma abertura mais eficaz e consistente à participação dos principais implicados nas políticas públicas aqui em questão.

#### 4. Contribuições do dossiê

O panorama descrito acima nos permite apresentar agora o conteúdo do dossiê. Em um esforço de demonstrar a coesão entre os trabalhos que o compõe, demonstramos as conexões possíveis entre os artigos, e entre esses e os demais materiais aqui publicados. Com isso, tocamos nos temas mais gerais abordados por eles, visando aglutinar algumas das principais contribuições do dossiê em termos de instrumentos que subsidiam as políticas de proteção para povos isolados e de recente contato.

##### Diálogos com a ecologia histórica

Na seção *Do passado e do presente (traduções)*, trazemos a tradução de um artigo clássico de William Balée. “*The culture of Amazonia forests*” (1989) é uma crítica às teorias funcionalistas de adaptação da ecologia cultural que afirmam que os modos de vida indígenas se baseiam em uma simples resposta às condições limitantes do ambiente. Este texto inaugura a criação do programa de pesquisa da ecologia histórica (cf. Balée 2017 [2006]). Com base em instrumentos da antropologia e da ecologia, tais como a etnografia e a estatística descritiva de inventários florísticos, Balée atenta para o caráter antrópico das florestas amazônicas, isto é, como estas são fruto parcial da gestão dos recursos feita pelos indígenas. Ressalta-se que as reflexões que embasaram tal programa foram inicialmente tecidas pelo autor durante sua atuação junto a povos tupi, no caso, os Araweté, Awá Guajá, Asuriní do Xingu e os Ka’apor, sendo que os dois primeiros são hoje considerados de recente contato, como vimos.

É um texto do maior interesse para estudos em antropologia, arqueologia, ecologia, etnobotânica, dentre outras áreas do conhecimento, cujas metodologias próprias – etnografia, listagens livres, estratigrafia de solos, datações diretas e relativas, análises laboratoriais de macro e micro vestígios de fauna e flora etc. – permitem uma compreensão mais apurada dos modos de vida indígenas, em particular, de sua dinâmica territorial. Isso inclui trabalhos já realizadas sobre a territorialidade de povos isolados e

recém contatados, seja os que analisaram o monitoramento de territórios de povos em isolamento (cf. Cangussu 2021, Shiratori, Cangussu e Furquim 2021, Villa 2022, Cangussu *et al* 2022), seja os que descrevem as práticas de ocupação e reocupação territorial (Garcia 2018) e demonstram como as práticas de manejo daí decorrentes feitas por povos em contato inicial são sustentáveis (cf. Franco-Moraes, Braga e Clement no prelo).

Três artigos partem de uma proposta de arqueologia colaborativa para pensar, entre outras coisas, a importância dessas florestas antrópicas. Claide de Paula Moraes constrói reflexões sobre as paisagens conhecidas pelos Zo'ê em seus territórios, incluindo regiões ocupadas tanto pelos seus antepassados quanto atualmente, propondo alargar o conceito de sítio arqueológico. O autor destaca a importância dos castanhais como lugares persistentes e referências para reocupação territorial pelos Zo'ê. Laura Furquim, Daniel Cangussu e Karen Shiratori primam pela análise da monumentalidade das castanheiras enquanto vestígios da ocupação territorial dos Juma, dos isolados Katawixi e, de modo geral, dos povos Tupi-Kawahiva. Afirmam a importância de se tratar as castanheiras – assim como outros vestígios de ocupação, como os chamados “pães de índio”, por exemplo – como marcas de historicidade e não meramente recursos materiais. Cangussu e colaboradores analisam as tiradas-de-mel produzidas pelos isolados Wyrapara'ekwara e Awá Guajá como um tipo de vestígio central para a compreensão da territorialidade dos isolados tupi. Os autores se baseiam em uma arqueologia do presente, perspectiva cada vez mais disseminada nessa disciplina, e que é fruto de uma aproximação direta entre ecologia histórica e técnicas arqueológicas, tais como a estratigrafia. Um quarto artigo, de Juliano Franco-Moraes, utiliza as proposições da ecologia histórica para descrever e analisar a sucessão florestal em diferentes manchas florestais no território zo'ê, comparando as áreas de suas antigas aldeias com as de florestas entendidas por eles como não derrubadas por seus ancestrais. Demonstra como aspectos sociais, históricos e cosmológicos, conduzem o manejo das florestas, e como se promove a diversidade florestal por meio da mobilidade territorial.

Análise documental diante da impossibilidade de diálogo direto com os isolados

No segundo artigo traduzido para este dossiê, “*Who Are These Wild Indians’: On the Foreign Policies of Some Voluntarily Isolated Peoples in Amazonia*”, Peter Gow (2018) retoma as proposições metodológicas de um

artigo anterior a respeito da impossibilidade de se fazer etnografia sobre povos isolados (Gow 2011). Ele nos apresenta uma crítica contundente dizendo que antropólogos terminam por qualificar pessoas como isoladas simplesmente pelo fato de que não foram etnografadas. Afirma que os antropólogos praticamente desconsideram três fatores que permitem a identificação daquelas: a compreensão mais geral das formas sociais das sociedades indígenas amazônicas amplamente descritas pela etnologia americanista; a existência, em alguns casos, de ampla documentação histórica sobre a região na qual esses indígenas estão presentes; e, sobretudo, as perspectivas dos indígenas vizinhos sobre essas pessoas. Justamente, o que está em jogo para Gow não é a identificação de “culturas” ou “sociedades” tomadas como unidades independentes – mas sim, o que poderíamos chamar de uma análise de sistemas regionais ou redes de relações (cf. Vander Velden e Lolli 2021).

O artigo de Amanda Villa, bem como o de Furquim, Cangussu e Shiratori, e o de Cliverson Pessoa, Thiago Kater e Fernando Ozorio de Almeida, exploram muito bem o segundo fator listado por Gow. Partindo de uma perspectiva histórica, os autores fazem uma minuciosa análise da documentação etnohistórica dos interflúvios Branco-Colorado, Madeira-Purus e do alto rio Madeira, respectivamente. Os dois últimos vão além, abordando a história de longa duração dessas regiões, analisando também a história pré-colonial baseada no material arqueológico. Com isso, os três artigos afirmam, com muita propriedade, os efeitos negativos da colonização sobre as redes de relações construídas, sobretudo, por povos tupi nessas regiões.

#### Consideração das perspectivas (dos vizinhos) indígenas sobre os isolados

A atenção ao terceiro fator destacado por Gow, sobre o que pensam e dizem os indígenas vizinhos isolados como uma importante via etnográfica e política, está contemplada em diversos artigos do dossiê: o de Furquim, Cangussu e Shiratori, parte das perspectivas de Mandei Juma sobre os Katawixi e Juma isolados; o de Marina Magalhães e Uirá Garcia apresenta pontos de vista dos Awá Guajá de recente contato sobre os Awá isolados; Villa se apoia em entrevista com Juari, líder Tupari que fala sobre os isolados da Massaco; Altair Algayer, Carolina Aragon e Roseline Mezacasa apresentam a visão de Adonias Jabuti, indígena Dijeoromitxi que atuou/atua junto a Funai na identificação dos isolados das TIs Massaco, Tanaru e Rio

Omerê, sendo ele habitante da TI Rio Branco, vizinha a essas outras TIs. O artigo de Felipe Vander Velden radicaliza a crítica de Gow quanto à questão da identificação dos isolados como fruto de nossa desatenção etnográfica. Baseando-se na perspectiva dos Karitiana sobre os isolados que os rodeiam, incluindo os chamados “registros não confirmados”, o autor afirma que antropólogos e indigenistas tratamos os isolados como fantasmagóricos porque, mesmo que os vizinhos especulem sobre sua existência, a ausência de materialidades deixadas por aqueles torna essa existência duvidosa e ilegítima, seja do ponto de vista oficial do Estado, seja da perspectiva etnográfica.

#### Ferramentas científicas para a complexificação dos conceitos de contato e de isolamento

Nesse segundo artigo aqui traduzido, Gow também apresenta uma importante argumentação sobre os conceitos de isolamento e contato. Retomando proposições lévi-straussianas – que seriam o mote da compreensão mais geral das formas sociais dos indígenas amazônicos, o primeiro fator destacado por Gow, que apontamos acima –, o autor lembra que na América indígena “não há sociedades isoladas porque o próprio interior de qualquer sociedade é modelado ou pelo menos isomórfico com suas condições externas de existência” (Gow 2018: 11; tradução nossa). No final do texto, Gow nos apresenta um alerta importante quanto a ideia de contato ser entendido como sinônimo de fim do isolamento e o início da pacificação, que era a perspectiva do SPI, e da Funai anterior à política do não-contato. Para ele, o “conceito de ‘pacificação’ é simplesmente uma variante da afirmação liberal padrão de que os estados modernos têm o monopólio absoluto da violência legítima dentro de seus territórios nacionais” (idem: 18; tradução nossa). E, na medida em que antropólogos podem corroborar com a ideia de que o fato de não terem sido diretamente etnografados faz de povos isolados desconhecidos, pode indicar que “esse conceito de contato como pacificação influencie fortemente os entendimentos antropológicos do isolamento voluntário” (idem).

Por sua vez, Fabrício Amorim (2022: 20-21), em sua dissertação de mestrado recém defendida – cuja defesa citamos na sessão *Notícias* –, propõe enfatizarmos primeiro uma maior produção de dados, descrições, objetos de pensamento, e não nos enveredarmos exclusivamente pela discussão abstrata de conceitos, apartada das experiências de base na

promoção das políticas para povos como os aqui em questão. Nos alerta (Yamada e Amorim 2016) para os perigos de reduzirmos a diversidade de experiências desses povos sob a rubrica do isolamento e, portanto, também para a necessidade de revermos essa semântica que, podemos dizer, hoje ainda se encontra um tanto engessada, seja nas políticas públicas ou nas perspectivas científicas sobre o assunto. A maioria dos artigos deste dossiê segue uma linha análoga à proposta por Amorim. É nesse sentido que alguns deles, em especial, apresentam iniciativas louváveis a respeito da discussão conceitual, complexificando as ideias de isolamento a partir de dados de naturezas diversas.

Como já dissemos acima, o artigo de Pessoa, Kater e Almeida, assim como o de Furquim, Shiratori e Cangussu, propõem pensarmos a ideia de isolamento na longa duração, baseando-se em dados arqueológicos, etnohistóricos, linguísticos e etnológicos. Dito de outro modo, ambos os artigos afirmam que a análise da longa duração pode nos ajudar a relativizar a ideia de isolamento com base nas amplas redes de relações entre os povos indígenas existentes antes mesmo da invasão e colonização das Américas. O primeiro artigo elabora acerca dos diferentes sentidos de “isolamento”, analisando essas redes pré-coloniais de que participavam os Tupi, ao redor da qual “achados arqueológicos isolados” atentam para a possível presença de outras formas de recusa. O segundo atenta para um setor específico destas redes, construído pelos povos Kagwahiva, para enfatizar o impacto da colonização e das constantes invasões de tais territórios na circulação e nos modos de vida. O que chama atenção é que, para além do cunho especulativo sobre o isolamento pré-colonial, parece ficar claro que a evitação do contato é realmente parte de uma milenar política de relação indígena, cujos contornos e dimensões, porém, podem assumir uma característica distinta, de sobrevivência e resistência territorial diante de um mundo em colapso.

O artigo de Dominique Tilkin Gallois nos apresenta modos específicos de sair do isolamento, no caso, os sonhos de xamãs entre os Wajãpi e os Zo'ê. Esses conhecedores relataram e ainda relatam experiências de contato ocorridas em lugares e tempos que só eles conseguem alcançar, mas que orientam movimentos de grupos inteiros em busca de mercadorias e do estreitamento das relações com os não-indígenas. Algo de certa forma simétrico e inverso é apresentado por Magalhães e Garcia entre os Awá Guajá. Os autores apresentam a língua xamânica dos *karawara*, humanos celestiais que, por meio do ritual da tocaia, vêm cantar no mundo dos

humanos terrestres. Dentre os mais variados temas cantados, os *karawara* apresentam reflexões sobre os modos de vida dos Awá Guajá isolados aos humanos terrestres, permitindo a estes, portanto, entrarem em contato com os isolados pela via xamânica dos cantos. O artigo de Vander Velden, como dito acima, analisa as chamadas “referências não confirmadas”, baseando-se na perspectiva Karitiana. O autor convoca os fantasmas para desafiar a ideia de isolamento. Ao levar em consideração o que propõe Lévi-Strauss – seguido também por Gow, como já destacamos – Vander Velden diz que, se nem mesmo povos isolados podem assim ser considerados, o mesmo deve ser válido em casos de registros não confirmados pelo Estado, isto é, cuja existência sequer foi comprovada pelos métodos oficiais e é, no limite, desconsiderada. Os três artigos, portanto, descrevem formas próprias dos indígenas se perceberem enredados em relações com o exterior, além de práticas peculiares de comunicação e relação, que desafiam as concepções oficiais do Estado sobre o isolamento e o contato.

#### Análises a partir dos interflúvios

O artigo de Gow também ilumina questões sobre mobilidade e diferentes formas de ocupação territorial entre povos contatados e isolados. Apoiando-se no arqueólogo Donald Lathrap, o autor afirma (Gow 2018: 16-17) que o espectro de modos de ocupação e contrastes ecológicos entre povos que habitam o interior das florestas, de um lado, e os que habitam a beira de rios, do outro, também é mobilizado nas reflexões, por exemplo, dos Piro sobre seus vizinhos Nahua, e de ambos sobre os isolados Mashco. Se os primeiros são povos de várzea dependentes da pesca e os Nahua são interfluviais, praticantes da caça e que abrem roças em regiões de terra firme, os Mashco são uma versão extrema do contraste entre os outros dois, tendo claramente abandonado a agricultura e a vida em aldeias. Advogamos que a atenção a essas diferenças ecológicas e territoriais, articulada à crítica de Gow apontada acima, de que a falta de conhecimento etnográfico sobre um povo isolado não é indício de seu isolamento, poderia servir também, portanto, para a arqueologia.

Os principais modelos arqueológicos de ocupação amazônica se valem da distinção entre as densamente ocupadas áreas de várzea e seus terraços (Denevan 1996) e as vazias terras firmes, que serviriam de passagem para grupos migrantes (Lathrap 1970, Meggers 1971, Miller 1992). Durante muito tempo, a arqueologia baseou seus estudos tendencialmente em

sítios de várzea. A dificuldade de acesso, mas também certa desatenção e desinteresse metodológico em relação aos sítios interfluviais, limitaram as hipóteses sobre a ocupação da Amazônia e a descrição das redes de relações entre os povos indígenas do passado. Recentemente, esse panorama vem mudando, e o texto de Balée aqui traduzido é de fundamental importância também quanto a esse aspecto. A arqueologia tem demonstrado (p. ex. Guapindaia e Lopes 2012, Stahl 2015, Watling *et al* 2015, Saunaluoma *et al* 2021) que sítios interfluviais não necessariamente indicam o isolamento ou a frugalidade das ocupações, que existem intercâmbios entre estes e os sítios da várzea, e que há extensos territórios conectados por estradas e caminhos terrestres. As análises de sítios de interflúvios têm aumentado, e os artigos de Moraes, assim como os de Franco-Moraes, Cangussu e colaboradores, e de Furquim, Cangussu e Shiratori neste dossiê são bons exemplos disso.

A atenção aos sítios interfluviais e, logo, aos povos que os habitam e os construíram/constroem, nos leva a retomar igualmente a ideia de Gow de que, na ausência de trabalho de campo etnográfico com os isolados, a melhor compreensão sobre eles vêm de seus vizinhos indígenas. No penúltimo tópico de seu texto, Gow chama atenção para o fato de que é improvável que os Mashco isolados se vejam como *tsaonafa*, um “povo sentado”, isto é, um termo pejorativo na língua nahua, utilizado pelo fato daqueles não terem redes e, portanto, sentarem-se no chão (2018: 17; tradução nossa). Gow faz essa ressalva argumentando que os isolados Mashco certamente não se veem tal como são vistos pelos Nahua contatados, seus vizinhos. A etnologia e a história indígena vêm demonstrando que, quase sempre, um povo indígena é antes representado por perspectivas externas, normalmente de outros povos indígenas, e normalmente divergentes e/ou equivocadas, que não corroboram com seus próprios pontos de vista, algo que se corrige após o contato, se assim podemos dizer. Um exemplo tácito sobre isso é a variação etnonímica quando se passa a reconhecer um povo não por um termo externo – normalmente pejorativo, dado pelos brancos, por indígenas vizinhos, ou mesmo, de maneira irônica por si próprios, como no caso dos Suruwaha (cf. Aparício 2021: 29) –, mas sim por sua autodenominação – os Ka’apor antes Urubu, os Zo’é antes Poturu, os Hupdá’h e Yuhupdeh antes Maku, assim por diante. Isto é, a descrição – etnográfica e/ou histórica – sobre os povos indígenas em geral e, em especial aqui, sobre os povos isolados, quase sempre sofreu efeitos de uma perspectiva regional hegemônica (cf. Marques e Ramos 2019), e essa perspectiva, recorrentemente, foi a de um povo da várzea sobre a de um povo de interflúvio (p. ex. Shiratori 2019b).

Não visamos, com essa ressalva, diminuir a importância da compreensão dos indígenas vizinhos sobre os isolados em seus significados políticos e metodológicos já destacados acima. Mas sim, atentar para a necessária complexificação no entendimento sobre sistemas regionais. Isso se torna latente frente ao acúmulo de conhecimento direto com povos de recente contato e, de certa forma, também diante da participação ativa dos povos isolados, como destacamos acima. Ou seja, para além das inovadoras metodologias científicas e/ou indigenistas de entendimento sobre sua territorialidade, gestão socioambiental e sua política, que já vêm sendo desenvolvidas, muitas das quais debatidas neste dossiê, há que se considerar o modo como eles impõem sua opção pela recusa às políticas oficiais: haveria algo mais direto em uma perspectiva política a ser considerada em um sistema regional do que o uso dos famosos estrepes pelos indígenas das TIs Massaco, Rio Omerê e Tanaru descrito, principalmente, nos artigos de Villa e de Algayer, Aragón e Mezacasa neste dossiê?

O artigo de Renata Otto Diniz e Daniel Cangussu é exemplar nessa tentativa de relativizar as perspectivas políticas em jogo nessa versão extrema do contraste entre povos de várzea e de interflúvio ou, mais precisamente, entre a oposição entre povos com e sem agricultura. Em uma análise comparativa entre concepções mitológicas e cosmológicas dos Araweté e Awá Guajá, os autores apresentam verdadeiras “lições do mel” enquanto um avatar da coleta. Tal como em obras anteriores dedicadas a pensar o isolamento (Diniz 2016, 2017), demonstram que o que está em jogo no possível abandono da agricultura por povos isolados não é uma regressão – de cunho evolucionista –, mas sim uma “perda vantajosa”, utilizando-se da fórmula Lévi-Straussiana contida no segundo volume das *Mitológicas*. Ou seja, diante de um quadro de violência colonial, os Awá tinham um aparato intelecto-político prévio que os levou a resistir por meio do abandono da agricultura em prol da ênfase na coleta, principalmente, do mel. Os autores se negam a se pautar pela simples perda, ausência e/ou negatividade para descreverem o processo histórico vivido pelos Awá. Essa é a forma encontrada por eles, etnograficamente, de valorizar o protagonismo daqueles em sua própria história, e o fato de que ainda precisamos conhecer melhor as estratégias de resistência desses povos que qualificamos como em isolamento e em contato inicial. Trata-se de uma forma não liberal, poderíamos dizer, em diálogo com Gow, de pensar as estratégias de resistência, uma vez que visa relativizar o fatalismo de uma perspectiva colonial sobre a colonização sem necessariamente negá-la;

“talvez Marx tenha formulado melhor: fazemos nossa própria história, mas não por nossa própria escolha” (Graeber e Wengrow 2022 [2021]: 228). Essas “lições do mel”, como sugeridas pelos autores, são seguidas no artigo de Cangussu e colaboradores, que as aplica diretamente às políticas de proteção dos isolados Awá Guajá e Wyrapara’ekwara.

#### Entendimento do isolamento enquanto produto do genocídio e da recusa

O dossiê ainda traz outros materiais. Ainda na seção *Do passado e do presente (traduções)* apresentamos a tradução de um terceiro texto, “*Urgent Research in Northwest Mato Grosso*” de Georg Grünberg. O texto foi publicado originalmente no *Bulletin of the International Committee on Urgent Anthropological and Ethnological Research* em 1966. Conforme nos contou o próprio Grünberg – que gentilmente revisou a tradução aqui publicada – esta foi a primeira publicação de sua frutífera carreira como antropólogo e, juntamente com outros textos escritos com seus colegas da época, significou os primeiros passos em direção ao simpósio sobre fricção interétnica na América do Sul conhecido como *Simpósio de Barbados* ou *Encontro de Barbados*, acontecido no Caribe em 1971. O evento reuniu importantes antropólogos, sobretudo sul-americanos, para discutir sobre o colonialismo interno existente nos países da região e seu apoio aos movimentos de resistência política dos povos indígenas.

Além dessa importância histórica para o indigenismo, dois outros motivos específicos nos levaram a traduzir esse texto. Ele é mencionado por Gow (2018) como um texto pioneiro sobre a questão do isolamento juntamente com outro texto também publicado no mesmo boletim, de Robert Carneiro. Gow destaca que, paradoxalmente, tais textos sequer tomaram o isolamento como seu objeto de análise: “Ambos os artigos discutiram os povos em isolamento voluntário e a urgência de estudá-los não como problemas sobre o isolamento voluntário em si, mas como problemas científicos sobre a cobertura total da diversidade cultural existente antes que ela inevitavelmente desapareça” (idem 2018: 7; tradução nossa). Por fim, o texto também é do nosso interesse uma vez que trata de uma região que compõe hoje o arco do desmatamento mencionado acima, inclusive fornecendo informações básicas sobre povos tupi tais como os Apiaká, os Cinta-Larga e os Kayabi, e onde hoje se encontram as TIs Aripuanã, Apiaká-Kayabi, Apiaká do Pontal e Isolados, Kawahiva do Rio Pardo, Piripikura e Zoró, todas com presença de isolados, como dito acima.

## Análise das comunicações verbais e não verbais

O dossiê também contempla uma entrevista com William Cuellar, líder sirionó da Bolívia, realizada por Mezacasa e Cabral. A entrevista trata de temas como os modos de vida e constituição territorial atuais dos Sirionó. Também das políticas próprias de valorização de sua língua, além daquelas demandas dirigidas ao Estado para o mesmo fim. Seu ponto alto em relação ao tema do dossiê, é o momento em que Cuellar descreve a existência de grupos Sirionó que optaram pelo isolamento no passado, e como seu pai e outros homens de sua comunidade buscavam se comunicar e relacionar com eles. Como se pode ver, sobretudo nos artigos de Villa e de Algayer, Aragon e Mezacasa neste dossiê, a hipótese mais concreta que se tem hoje sobre a identificação dos isolados na TI Massaco, é um passado comum desses isolados com os Sirionó que, como afirma Cuellar, se movimentavam muito facilmente pelo território de fronteira entre a Bolívia e o Brasil.

Não poderíamos deixar de destacar também as importantes e variadas contribuições da linguística neste dossiê. Primeiramente, lembrar que a linguística aparece, ora explícita ora implicitamente, no texto de Pessoa, Kater e Almeida, assim como no de Furquim, Cangussu e Shiratori. A interface entre a arqueologia e a linguística histórica é já clássica, e não deixa de subsidiar a análise desses autores. Em segundo lugar, Magalhães e Garcia esboçam um diálogo entre linguística e antropologia ou, mais precisamente, entre cosmologia e as línguas awá-guajá e dos *karawara*, mencionadas acima, e anunciam no texto que esse experimento será aprimorado em futuras publicações. Por sua vez, Algayer, Aragon e Mezacasa apresentam usos diretos da linguística na aplicação da política indigenista. Sua análise das chamadas “atitudes linguísticas” permite um entendimento sobre as diferentes posturas tomadas pelos recém contatados Akuntsú e Kanoé frente aos não indígenas e indígenas servidores e parceiros da Frente Guaporé, e entre os próprios Akuntsú e Kanoé. Além disso, serve também como forma de interpretar o posicionamento dos isolados nas TIs Massaco e Tanaru, uma vez que tal metodologia abarca outras formas de linguagem como, por exemplo, as comunicações não verbais explicitadas no uso de estrepes e tapagens pelos indígenas da Massaco ainda hoje, e também pelos Kanoé, Akuntsú e pelo indígena do Tanaru no passado. Por fim, na seção *Relatórios*, Cabral, Leonardo Lenin e Elias Bigio apresentam uma primeira sistematização em formato de esquete do vocabulário e da gramática da língua Piripikura. Feito com base em uma solicitação da

Funai, é um trabalho que será de valia imediata para a atuação da Frente Madeirinha-Juruena, que atua com os dois indígenas assistidos. Destaca-se ainda, a importância da participação de Rita Piripkura, parente dos indígenas em isolamento, e seu esposo Aripã Karipuna, o mais antigo conhecedor da língua karipuna hoje vivo, uma língua aparentada com a Piripkura, ambos colaboradores da Frente de Proteção.

### Etnografia e historiografia da atuação das Frentes de Proteção

Os artigos de Algayer, Aragon e Mezacasa, assim como o de Cangussu e colaboradores também merecem uma menção especial quanto a outro aspecto. Tal como atentado por Amorim – em um dos pareceres para o dossiê – ainda está por ser feito um balanço sobre a política do não-contato no tocante a apresentar um histórico sobre a consolidação de uma geração de sertanistas da Funai responsáveis por aplicá-la. Isso inclui mais trabalhos como os artigos mencionados, que descrevam o cotidiano e o funcionamento das Frentes de Proteção Etnoambiental (p. ex. Cangussu 2021, Almeida 2021, Amorim 2022, J. Silva 2022).

Amorim também nos lembra que o trabalho basilar para a garantia de direitos dos povos isolados não é a demarcação de uma Terra Indígena, mas antes, o reconhecimento da existência do povo em questão, ainda que, na maioria das vezes, os processos de confirmação de sua existência e de demarcação da terra possam ocorrer paralelamente, desde que com as devidas precauções (cf. também OPI 2022: 21-26). Esse esforço, inclusive metodológico, para reconhecimento da existência de isolados é o que determina e desdobra todo o restante, algo que ainda precisa também ser melhor descrito em cada situação de atuação das Frentes. O artigo de Villa neste dossiê é exemplar quanto a esse aspecto ao nos apresentar o histórico de demarcação da TI Massaco, a primeira criada exclusivamente para um povo isolado no Brasil (cf. Amorim 2016), e ao mesmo tempo trazer questões-chave para os processos de identificação de um povo em isolamento.

### Matizes da recusa

O último trabalho a ser mencionado, também da seção *Relatórios*, está a cargo de Algayer, no qual o leitor poderá conhecer uma síntese da situação extrema em que viveu o chamado “índio do Buraco” ou “indígena da Tanaru”. Algayer, que atua na Frente Guaporé há décadas, responsável pela

proteção do minúsculo território que foi habitado pelo indígena recentemente falecido, descreve, minuciosamente, o processo de reconhecimento de sua existência, algumas características de seus modos de vida em isolamento, e suas estratégias de resistência e comunicação, até o fatídico momento de sua morte. Depoimento visceral, de quem certamente todos os dias pensava na existência solitária de Tanaru, o relato toca em diversos dos temas de nosso interesse e que foram brevemente descritos acima, tais como a ambiguidade da aposta pela agricultura como solução de uma situação de extrema vulnerabilidade, ou a importância da oficialização da área onde viveu como um lugar de memória.

Um trecho do relato de Algayer especialmente nos chama atenção, pois nos convida a pensar a “boa distância” (Lévi-Strauss 2006 [1968]; Sztutman 2009) e, ainda, a “esquiva” (Keese dos Santos 2021) – enquanto formas de fazer induzir o agressor ao erro, ao contrário de simplesmente fugir – como matizes da recusa enquanto estratégia de resistência heterônoma:

Nesses últimos anos de monitoramento, víamos que o indígena não tinha medo do “branco”, suas malocas eram construídas muito próximas do limite da área interditada e, muitas vezes, ele escutava o movimento dos “brancos” na fazenda, *mas ficava ali, não procurava se esconder*. Eu acredito que essa atitude era uma forma que tinha de se sentir confiante, de se afastar do medo que o afligiu por tantos anos.

A partir de 2012, percebi que ele já não tinha tanto medo da proximidade do “branco”. *Ele evitava o contato, mas ficava ali bem perto da área do pasto, mesmo sabendo dos riscos*. Estava mais tranquilo, inclusive com a nossa presença na área – aceitando também os objetos que deixávamos, como machado e facão. *As mudanças que antes ele fazia, por conta da presença do “branco”, agora não mais existiam*. As suas ocupações diferenciadas eram, agora, voltadas a *demandas próprias dele*: novos espaços para o roçado, novos lugares para construções de malocas etc. Antes de flechar o funcionário da Funai e fugir, também constatamos um período parecido em 2000 a 2003. Víamos que estava tranquilo, fazia roças enormes, mesmo sozinho (Algayer neste dossiê, ênfases nossas)

A morte do indígena do Tanaru em agosto desse ano ainda está e ficará latente em nossas memórias, dada a situação extrema em que viveu, tornada conhecida mundo afora. Esse caso ímpar colocou em evidência novamente tanto a continuidade do processo genocida nas Américas, quanto a persistência da resistência dos povos indígenas e, ainda, a importância do trabalho indigenista de proteção que vêm sendo desenvolvido com estes.

A organização desse dossiê ao longo de 2022 caminhou junto a esse e outros acontecimentos chocantes: o assassinato de mais um guardião da floresta, Janildo Oliveira Guajajara, do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Philipps, e de mais um massacre contra o povo Juma, sem nos esquecermos das vítimas indígenas da COVID-19, como Kasiripina Wajãpi, entre outros. Essas mortes levaram ao sofrimento de muitos, mas também permitiram que enxergássemos a potência e a importância da união entre todos que dedicam suas vidas à proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato e a eficácia dessas políticas de proteção. Fica aqui nossa homenagem a todos eles!

## Referências

- Albert, Bruce. 1995. “‘Anthropologie appliquée’ ou ‘anthropologie impliquée’? Ethnographie, minorités et développement”. In: J.F. Baré (ed.) *Les applications de l’anthropologie. Un essai de réflexion à partir de la France*. Paris: Karthala.
- Almeida, Luana Machado de. 2021. *Parentes estrangeiros: intérpretes indígenas no processo de contato com o povo do Xinane (Acre, Brasil)*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional.
- Almeida, F. O.; Garcia, Lorena Gomes. 2008. “Aspectos do espaço Tupinambá no Leste Amazônico”. *Revista de Arqueologia*, 21, n. 2, pp. 97-119.
- Almeida, F. O.; Neves, Eduardo Góes. 2015. “Evidências arqueológicas para a origem dos Tupi-Guarani no Leste da Amazônia”. *Mana*, 21(3): 499-525, 2015
- Almeida e Silva, A. 2015. *Territorialidades, identidades e marcadores territoriais: Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia*. Jundiaí: Paco Editorial.
- Almeida e Silva, A. (org.). *Representações e marcadores territoriais dos povos indígenas do corredor etnoambiental Tupi Mondé*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.
- Amorim, F. 2016. “Povos indígenas isolados no Brasil e a política indigenista desenvolvida para efetivação de seus direitos: avanços, caminhos e ameaças”. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 8(2), UnB.
- Amorim, F. 2018. “O papel dos povos indígenas isolados na efetivação de seus direitos: apontamentos para o reconhecimento de suas estratégias de

- vida”. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, 16(1), Article 13, 149-157.
- Amorim, F. 2022. *Varadouros indígenas, percursos indigenistas. Relatos e perspectivas sobre o isolamento dos povos indígenas*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Oeste do Pará.
- Aparicio, Miguel. 2021. “Antisociológicas Arawá: modos de relación en Amazonia occidental”. *Revista de Antropologia Social*, v. 30, p. 27-40.
- Aparicio, Miguel. no prelo. “Branços de recente contato: estratégias de política exterior dos Suruwaha”. In: Ribeiro, F. A. N.; Matos, Beatriz; Jabur, Clarisse. *Pesquisas Etnográficas com Povos Indígenas de Recente Contato no Brasil*. São Paulo: Hedra.
- Aparicio, Miguel; Ribeiro, F. A. N. 2022. “Fundamentalismo misionero en la Amazonia indígena: trayectorias zo’è y suruwaha ante el giro ultraconservador brasileño”. *Mundo Amazónico*, 13(2), 13-50
- Balée, William. 1989. “The Culture of Amazonian Forests”. In: Darrell A. Posey & William Balée (Eds), *Resource Management in Amazonia: Indigenous and Folk Strategies. Advances in Economic Botany*, vol. 7, pp. 1–21. New York: New York Botanical Gardens.
- Balée, William. 1994. *Footprints in the forest: Ka’apor Ethnobotany – the historical ecology of plant utilization by an Amazonian people*. New York: Columbia University Press.
- Balée, William 2017 [2006]. “O programa de pesquisa da Ecologia Histórica”. In: *Cadernos do Lepaarq*, vol. XIV, n 28: 181-212.
- Barroso, Roberto. 2020. *Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 709 Distrito Federal*. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal. <https://apiboficial.org/files/2020/12/Decisa%CC%83o-ADPF-709-MC.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2022.
- Bavaresco, Andréia; Menezes, Marcela. 2014. *Entendendo a PNGATI. Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI*. Brasília: GIZ / Projeto GATI/Funai
- Bigio, Elias. 2021. *Povos indígenas isolados em Mato Grosso: análise das pressões e ameaças sobre as Terras Indígenas onde há registro da presença de povos indígenas isolados e de recente contato no estado de Mato Grosso*. Cuiabá, MT: Operação Amazônia Nativa.
- Braga, Leonardo Viana; Pedreira, Hugo; Cabalzar, Flora Dias. 2020. “Fazer saber a própria terra”. In: Nelson Russo de Moraes; Leila Adriana Baptaglin;

- Lamounier Erthal Vilella; Alexandre de Castro Campos; Raoni Fernandes Azerêdo. (Org.). *Povos originários e comunidades tradicionais: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária*. 1ed. Porto Alegre: Fi, v. 4, p. 133-165.
- Brochado, José Proenza. 1989. “A expansão tupi e da cerâmica da tradição policroma da Amazônia”. *Dédalus*, 27, p. 65-82.
- Cabral de Oliveira, Joana; Morim de Lima, A. G.; Scaramuzzi, Igor; Cardoso, T. M.; Santonieri, L; Campos, Marilena A. (Orgs.). 2018. *Práticas e saberes sobre agrobiodiversidade. A contribuição dos povos tradicionais*. IEB Mil Folhas (Brasília-DF), 1ª ed., 198p.
- Cangussu, D. 2021. *Manual Indigenista Mateiro. Princípios de botânica e arqueologia aplicados ao monitoramento de povos indígenas isolados (refugiados) na Amazônia brasileira*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisas da Amazônia, Manaus, Amazonas.
- Cangussu, Daniel; Furquim, Laura Pereira; Perez, William; Shiratori, Karen Gomes; Machado, Luíza; Bruno, Ana Carla; Neves, Eduardo Góes. 2022. “Uma arqueologia do não-contato: povos indígenas isolados e a materialidade arqueológica das matas e plantas na Amazônia”. *Revista de Arqueologia*, 35(3):137-162.
- Caspar, Franz. 1975. *Die Tuparí Indianerstamm in Westbrasilien*. Berlin: Walter de Gruyter, 344p.
- Castro e Silva, Marcos Araújo; Nunesa, Kelly; Lemesa, Renan Barbosa; Mas-Sandovalb, Alex; Amorim, Carlos Eduardo Guerra; Kriegere, Jose Eduardo; Mill, José Geraldo; Salzano, Francisco Mauro; Bortolini, Maria Cátira; Pereira, Alexandre da Costa; Cosmas, David; Hünemeiera, Tábita. 2019. “Genomic insight into the origins and dispersal of the Brazilian coastal natives”. *PNAS*, v. 11, n. 5, p. 2372–2377.
- Cayón, Luis. 2014. “Planos de vida e manejo do mundo: cosmopolítica indígena do desenvolvimento na Amazônia colombiana”. *Revista de Estudos em Relações Interétnicas*, v. 18, n. 1.
- Clement, Charles R. 1999. “1492 and the loss of Amazonian crop genetic resources. II. Crop biogeography at contact”. In: *Econ. Bot.* 53, 203-216.
- Conselho do Povo Parakanã e Associação Tato’A. 2018. *PGTA Parakanã – Marantapa Xapo. Plano de Gestão Territorial e Ambiental Povo Awaeté Parakanã - TI Apyterewa*. São Paulo/Belém/Brasília: *The Nature Conservancy*. v.1, 1ª ed. 50p
- Dal Poz, João. 2001. “Tupi-guarani, um caso de Fidelidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, nº. 51, pp. 70-74.

- Denevan, W. 1996. "A Bluff Model of Riverine Settlement in Prehistoric Amazonia". *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 86, No. 4 (Dec, 1996), pp. 654-681.
- Doro Filho, Ivan Gomes. 2015. *Os limites da participação: uma leitura da política nacional de gestão territorial indígena (PNGATI)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Empereire, Laure; Carneiro da Cunha, Manuela; Magalhães, S.; Adams, C. (org.). 2021. *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças*. Brasília: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, v. 1, 352p
- Evans-Pritchard, E. E. 2022 [1945]. "Antropologia Aplicada". *Cadernos De Campo* (São Paulo - 1991), 31(1).
- Fachin, Edson. 2022. *Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 991 Distrito Federal*. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal. <https://apiboficial.org/files/2022/11/Liminar-ADPF-991-1.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2022.
- Fausto, Carlos. 2001. *Inimigos Fiéis: História, Guerra e Xamanismo na Amazônia*. São Paulo: EDUSP, pp.587.
- Fausto, C.; Neves, E. G. 2018. "Was there ever a Neolithic in the Neotropics? Plant familiarisation and biodiversity in the Amazon". In: *Antiquity*, v. 92, p. 1604-1618.
- FOIRN, Federação da Organizações Indígenas do Rio Negro. 2019. *Plano de Gestão Territorial e Ambiental Terra Indígena Alto Rio Negro*. São Paulo/São Gabriel da Cachoeira, AM.
- FOIRN, Federação da Organizações Indígenas do Rio Negro e DIA WII, Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e afluentes. 2020. *PGTA DIA WII. Plano de Gestão Territorial e Ambiental*. São Paulo/São Gabriel da Cachoeira, AM.
- Forline, L.; Pozzobon, J. 2006. "O que será dos índios isolados?". In: *Amazônia além dos 500 anos*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi.
- Franco-Moraes, J.; Braga, Leonardo Viana; Clement, C. R. no prelo. "The Zo'ê perspective on what scientists call 'forest management' and its implications for floristic diversity and biocultural conservation. *Ecology and Society*.
- Freire, Paulo; Macedo, Donaldo. 2022 [1983]. *Alfabetização. Leitura do mundo, leitura da palavra*. São Paulo: Paz & Terra, 11ª ed., 271p.

- Furquim, Laura Pereira. 2021. “O acúmulo das diferenças. Nota arqueológica sobre a relação entre sócio e biodiversidade na Amazônia Antiga. In: Cabral de Oliveira, Joana; Marras, Stélio; Shiratori, Karen; Amoroso, Marta; Empeaire, Laure; Morim de Lima, Ana Gabriela, *Vozes Vegetais. Diversidade, Resistências e Histórias da Floresta*. São Paulo/Paris: Ubu, CEStA, PALOC e IRD, 1ª ed., v. 1. Pp. 125-139
- Gallois, Dominique Tilkin. 1992. “De arredio a isolado: perspectivas de autonomia para os povos indígenas isolados”. In: L. D. B Grupioni (Coord.), *Índios do Brasil*, São Paulo, SMC/PMSP, (2 edição MEC, 1994).
- Gallois, Dominique Tilkin. 2004. “Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?”. In: Fany Ricardo. (Org.). *Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza*. 1ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, v.1, p. 37-41.
- Gallois, Dominique Tilkin. (org.) *Redes de Relações nas Guianas*. 2005. 1 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, v. 1, 328 p.
- Gallois, Dominique Tilkin e Grupioni, L. D. B. 1999. “O índio na Missão Novas Tribos”. In: WRIGTH, Robin (Org.). *Transformando os deuses. Os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Gallois, Dominique Tilkin; Pedreira, Hugo; Braga, Leonardo Viana. 2020. “Construindo um Plano de Gestão Territorial e Ambiental com os Zo’ê”. In: L. D. B. Grupioni (org.), *Em busca do bem viver. Experiências de elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas*. São Paulo: RCA, pp. 108-131.
- Garcia, Uirá F. 2018. *Crônicas de caça e criação*. São Paulo: Hedra, 1ª ed., v. 1, 656p.
- Garcia, Uirá F. 2019. “Pelos matas do Pindaré: imagens do isolamento awá guajá”. In: Ricardo, Fany; Gongora, Majoi (orgs). *Cercos e Resistência: povos indígenas isolados na Amazônia brasileira*. São Paulo: ISA, pp. 106-115.
- Garcia, Lorena Gomes. 2012. *Arqueologia na Região dos Interflúvios Xingu-Tocantins. A ocupação Tupi no Cateté*. Dissertação de Mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- Gow, Peter. 2011. “Me deixa em paz!”. Um relato etnográfico preliminar sobre o isolamento voluntário dos Mashco”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 54(1).
- Gow, Peter. 2018. “‘Who Are These Wild Indians’: On the Foreign Policies of Some Voluntarily Isolated Peoples in Amazonia”. *Tipiti: Journal of the*

- Society for the Anthropology of Lowland South America*: Vol. 16: Issue 1: 6- 20.
- Graeber, David; Wengrow, Davide. 2022 [2021]. *O despertar de tudo. Uma nova história da humanidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed, 700p.
- Guapindaia, V.; Lopes, D. 2012. “Estudos Arqueológicos na Região de Porto Trombetas, PA”. In: *Revista de Arqueologia, Sociedade de Arqueologia Brasileira*, v. 24, p. 50-73.
- Havt, N. B. 2001. *Representações do Ambiente e da Territorialidade entre os Zo'é/PA*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH-USP
- Huertas, B. 2002. *Los pueblos Indígenas en aislamiento. Su lucha por la sobrevivencia y la libertad*. Lima: IWGIA.
- Hutukara. 2019. *Plano de Gestão Territorial e Ambiental Terra Indígena Yanomami*. São Paulo: RCA, ISA, FUNAI.
- Iepé, Instituto de Pesquisa e Formação Indígena; FPEC, Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema. 2019 *Jo'e rekoha bokituteha ram. Planejando como vamos continuar vivendo bem no futuro. Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Zo'é*. 1. ed. São Paulo: Iepé, v. 1, 136p.
- Jabur, C. 2017. “Saúde para Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato”. Box. En: C. A. Ricardo y F. Ricardo (orgs.), *Povos Indígenas no Brasil (2011-2016)*. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- Jabur, C. 2021. “Reflexiones sobre la política para pueblos indígenas de contacto reciente en Brasil”. *Anthropologica*, Año XXXIX, n° 47, e-ISSN 2224- 6428.
- Kanindé – Associação de Defesa Etnoambiental. 2002. *Diagnóstico Etnoambiental Uru-Eu-Waw-Wau*. Porto Velho, RO: Kanindé, Associação do Povo Indígena Jupaú, Funai & WWF, 469p.
- Keese dos Santos, Lucas. 2021. *A esquiva do xondaro. Movimento e ação política guarani-mbya*. São Paulo: Editora Elefante.
- Land is Life. 2019. *Pueblos Indígenas en Aislamiento en la Amazonía y Gran Chaco*. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala. Informe regional: territorios y desarrollo, 462p.
- Lathrap, D.W. 1970. *The Upper Amazon*. Thames & Hudson: Southampton, UK.

- Leira, Torkjell. 2020. *A luta pela floresta*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rua do Sabão, 284p.
- Lévi-Strauss, Claude. 1993 [1991]. *História de Lince*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lévi-Strauss, Claude. 2006 [1968]. *Origem dos modos à mesa. Mitológicas III*. São Paulo: Cosac Naify.
- Loebens, Guenter Francisco; Neves, Lino João de Oliveira (orgs.). 2011. *Povos Indígenas Isolados na Amazônia. A Luta pela Sobrevivência*. Manaus: Coleção Nova Antropologia da Amazônia. Conselho Indigenista Missionário - CIMI & Editora da Universidade Federal do Amazonas - EDUA.
- Manchineri, Lucas Artur Brasil. 2019. “O ‘povo desconfiado’ na Terra Indígena Mamoadate”. In: Ricardo, Fany; Gongora, Majoi (orgs). *Cercos e Resistência: povos indígenas isolados na Amazônia brasileira*. São Paulo: ISA, pp. 171-173.
- MAPKAHA, Manxinerune Ptohi Kajpaha Hajene; OCAEJ, Organização Comunitária Agroextrativista Jaminawa; CPI/AC, Comissão Próa-Índio do Acre. 2016. *Bay Nuku Ewa Awaxta Adaytidakaba. Terra nossa mãe nunca se acaba. Plano de Gestão da Terra Indígena Mamoadate*. 1ª ed. Rio Branco-AC: CPI/AC, v. 1, 138p.
- Marques, Bruno Ribeiro; Ramos, Danilo Paiva. 2019. “Dissoluções necessárias: a perspectiva dos Hupd’äh nas relações de ‘sistema regional do Alto Rio Negro’”. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 104-131.
- Martins, Larissa dos Santos. 2019. *Os filhos de Maira. Territorialidade e alteridade entre os Tentehar “da Araribóia”*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília - DF.
- Matos, B. de A.; Pereira, B.; Ribeiro Santana C.; Amorim, F.; do Val Santos, L. L. C.; Cravo de Oliveira, L. 2021. “Violações dos direitos à saúde dos povos indígenas isolados e de recente contato no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil”. *Mundo Amazônico*, 12(1), 106-138.
- Menéndez, Miguel. 1982. “Uma contribuição para a etno-história da área Tapajós-Madeira”. *Revista do Museu Paulista*, XXVIII, p. 289-388.
- Meggers, B. J. 1971. *Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise*. Smithsonian Institution Press: Washington, DC, USA.
- Métraux, Alfred. 1927. “Les Migrations Historiques des Tupi-Guarani”. *Journal de la Société de los Américaniste*. N. S., XIX, Paris.

- Miller, E. T. 1992. “Adaptação agrícola pré-histórica no alto rio Madeira”. In: Meggers, B.J., Ed. *Prehistoria Sudamericana: Nuevas Perspectivas*. Taraxacum: Washington, DC, USA, 1992; pp. 219–231.
- Moore, Denny. 2007. “Línguas indígenas: situação atual, levantamento e registro”. *Revista Eletrônica do IPHAN*, Brasil, 01 mar.
- Neves, Walter Alves; Bernardo, Danilo Vicensotto; Okumura, Mercedes; Almeida, Tatiana Ferreira de; Strauss, André Menezes. 2011. “Origem e dispersão dos Tupi-guarani: o que diz a morfologia craniana?”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 6, n. 1, p. 95-122.
- Nimuendajú, Curt. 1924. “Os Índios Parintintin do Rio Madeira”. *Journal de la Société des Américanistes*. Tome 16, pp. 201-278.
- Noelli, Francisco. 1996. “As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi”. *Revista de Antropologia* (São Paulo), São Paulo, v. 39, n.2, p. 7-53.
- Octavio, Conrado Rodrigo; Azanha, Gilberto. 2009. “Isolados - Algumas questões para reflexão”. *Centro de Trabalho Indigenista* (online).
- Octavio, Conrado Rodrigo; Coelho, Maria Emilia; Alcântara e Silva, Victor. 2020. *Proteção e isolamento em perspectiva. Experiências do projeto Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia*. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista - CTI & Fundo Amazônia.
- Opas, Minna; Felipe Torres, Luis; Milanez, Felipe; and Shepard, Glenn Jr. 2018. “Resistance beyond the Frontier: Concepts and Policies for the Protection of Isolated Indigenous Peoples of the Amazon”. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, v. 16, n. 1, pp. 1-4.
- OPI., Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato. 2022. *Reestruturação e Consolidação da Política Indigenista para Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato. Propostas e diretrizes para a garantia e efetivação de seus direitos*. Brasília-DF/Santarém-PA, 68p.
- Oviedo, Antônio; Dos Santos, Tiago Moreira; Lima, William Pereira, Ribeiro, Amanda; Soares-Filho, Britaldo; Leles, William. 2019. “Ameaças futuras aos Territórios dos Povos isolados na Amazônia Brasileira”. *Cercos e Resistência: povos indígenas isolados na Amazônia brasileira*. São Paulo: ISA, pp. 48-57.
- Oviedo, Antônio e Doblás, Juan. 2022. “As florestas precisam das pessoas”. São Paulo: Instituto Socioambiental (acessado em 02 de dezembro de 2022).

- Pimentel, Spency Kmitta. 2012. *Esboço para uma teoria política kaiowá e guarani*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Pontes, A. L. de M.; Coelho, C. de C.; Rodrigues, D. A.; Simões, E. L. J.; Albertoni, L. I.; Basta, P. C.; Segalla, S. B.; Andrade, S. L.; Grupo de Interesse Especial em Saúde Indígena da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (2021). *Carta à APIB*. Recuperado de <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/>
- Posey, D. A. 1986. “Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó)”. In: Darcy Ribeiro (Ed.); Berta G. Ribeiro (Coord.), *Suma Etnológica Brasileira*, Petrópolis: Vozes, Finep, v. 1 (Etnobiologia), pp. 172-186.
- Povo Asheninka do Rio Envira. 2011. *Plano de Gestão Ambiental e Territorial Asheninka do Rio Envira. Owamerenkakotãtsi riseykaneki Asheninka Embiraki*. mimeo
- Ramos, Alcida Rita. 2012. “Indigenismo: um orientalismo americano”. *Anuário antropológico*, vol. 37, no. 1: 27-48.
- Ribeiro, Darcy. 1976 [1955]. “Os Índios Urubus. Ciclo anual das atividades de subsistência de uma tribo da floresta tropical”. In: Schaden, Egon (org.), *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Biblioteca Universitária, Série 2ª (Ciências Sociais), v. 7: 23-43.
- Ribeiro, F. A. N. “Zo'é: ameaças e desafios da construção de uma política indigenista”. In: Fany Ricardo e Beto Ricardo (Org.), *Povos Indígenas no Brasil 2011-2016*. Instituto Socioambiental (São Paulo), 12 ed., v. 12, 2017, p. 320-328
- Ribeiro, F. A. N.; Aparicio, Miguel; Matos, Beatriz de Almeida. 2022. “Isolamento como declaração de recusa: políticas indígenas contra a violência do Estado brasileiro”. In: *Difficulties in the Enforcement of Territorial Rights, Brazil. Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, v. 18, n. 1, pp. 148-152.
- Ribeiro, F. A. N.; Caixeta de Queiroz, Ruben. 2015. “Políticas do isolamento voluntário nos interflúvios do Rio Trombetas”. In: Denise F. Grupioni e Lúcia M. M. Andrade (orgs.), *Entre águas bravas e mansas. Índios e Quilombolas de Oriximiná*. São Paulo: CPI-SP & Iepé. pp. 179-193.
- Ricardo, F.; Gongora, M. (orgs.). 2019. *Cercos e Resistência: povos indígenas isolados na Amazônia brasileira*. São Paulo: ISA.

- Rival, Laura; McKey, Doyle. 2008. “Domestication and Diversity in Manioc (*Manihot esculenta* Crantz ssp. *esculenta*, Euphorbiaceae)”. In: *Current Anthropology*, v. 49, nº. 6, pp. 1119-1128.
- Rocha, Bruna. 2017. *Ipi ocemumuge. A Regional Archaeology of the Upper Tapajós River*. Tese de Doutorado em Arqueologia, Institute of Archaeology, University College London.
- Rodrigues, Aryon. 1964. “A classificação do tronco linguístico tupi”. *Revista de Antropologia*, Universidade de São Paulo, n. 12, v. 1 e 2, 99-104.
- Rodrigues, Aryon. 1999. “Tupi”. In: Dixon, R. M. W. e Aikhenvald, A (eds.) *The Amazonian Languages*. Cambridge University Press.
- Rodrigues, D. 2019. “Desafio da atenção à saúde dos povos isolados e de recente contato”. In: F. Ricardo y M. F. Gongora (orgs.), *Cercos e resistências: povos indígenas isolados na Amazônia brasileira*. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- Rodrigues, D.; Mendonça, S. B. M. de; Albertoni, L. 2020. “Antes sós do que mal acompanhados: contato e contágio com povos indígenas isolados e de recente contato no Brasil e desafios para sua proteção e assistência à saúde”. *Saúde Soc.* São Paulo, 29(3).
- Sabóia, Manoel Jocemir de Paula. 2019. “Temos que protegê-los para eles viverem a vida deles em paz!”. In: Ricardo, F.; Gongora, M. (orgs.) *Cercos e Resistência: povos indígenas isolados na Amazônia brasileira*. São Paulo: ISA, 162-163.
- Saunaluoma, S.; Moat, J.; Pugliese, F.; Neves, E. 2021. “Patterned Villagescapes and Road Networks in Ancient Southwestern Amazonia”. *Latin American Antiquity*, 32(1), 173-187. doi:10.1017/laq.2020.79
- Schavelzon, Salvador. 2021. “Guardiões da Floresta: autonomia indígena e conflito territorial na Amazônia”. *Tellus*, v. 21, n. 46, p. 125–147.
- Senra, Estevão Benfica. 2021a. “*Santa Maria é floresta igual aqui*”: reflexões sobre a mobilidade yanomae. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.
- Senra, Estevão Benfica. 2021b. “Da Terra-floresta à Terra Indígena: A construção de um território político yanomami”. *CONFINS (PARIS)*, v. 1, p. 1-15.
- Shiratori, Karen. 2019a. “O homem que falava cantando: um panorama da presença de povos indígenas kagwahiva em isolamento na bacia do rio

- Madeira”. In: Ricardo, F.; Gongora, M. (orgs.) *Cercos e Resistência: povos indígenas isolados na Amazônia brasileira*. São Paulo: ISA, 196-204.
- Shiratori, Karen. 2019b. “A terra firme vista das margens: um contraste amazônico entre a vida nas águas e na floresta”. In: Becker, Evaldo; Becker, Michele Amorim; Matos, Silvia Maria Santos (orgs.) *Técnica, natureza e ética socioambiental*. São Paulo: República do Livro, 1ª ed., pp. 171-188.
- Shiratori, Karen; Cangussu, D.; Furquim, Laura Pereira. 2021. “Life in three scenarios: Plant controversies between Jamamadi gardens and Hi-Merimã patauá palm orchards (Middle Purus River, Amazonas, Brazil)”. *Journal of Anthropological Archaeology*, 64.
- Silva, A. L.; Souza, C.; Eloy, L.; Passos, C. J. S. 2019. “Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia”. *REVISTA NERA* (UNESP), v. 47, p. 321-347.
- Silva, F. A.; Noelli, F. S. 2015. “Mobility and territorial occupation of the Asurini do Xingu, Pará, Brazil: An Archaeology of the recent past in the Amazon”. *Latin American Antiquity*, 26 N° 44, 493-511.
- Silva, Fabíola; Noelli, Francisco. 2017. “Arqueologia e Linguística: construindo as trajetórias histórico-culturais dos povos Tupi”. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, Uberlândia, v. 7, n. 1, 55-87.
- Silva, F. A.; Stuchi, F. F. 2010. “Evidências e significados da mobilidade territorial: a Terra Indígena Kaiabi (Mato Grosso/Pará)”. *Amazônica*, 2 (1): 46- 70.
- Silva, Juliana Oliveira. 2022. *Os Korubo descobrem os brancos. Uma etnografia sobre contato na Amazônia ocidental*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Souza Lima 2015. “Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI”. *Mana* 21(2): 425-457.
- Stahl, Peter W. 2015. “Interpreting interfluvial landscape transformations in the pre-Columbian Amazon”. In: *The Holocene*, 25: 1598–1603.
- Sztutman, Renato. 2009. “Ética e profética nas Mitológicas de Lévi-Strauss”. *Horizontes Antropológicos* (UFRGS – Porto Alegre-RS), v. 15: 293-319.
- Susnik, Branislava. 1975. *Dispersión Tupí-Guaraní prehistórica: ensayo analítico*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero.

- Vander Velden, F. F. 2010. “De volta para o passado: territorialização e ‘contraterritorialização’ na história karitiana”. *Sociedade e Cultura*, v. 13, p. 55-65.
- Vander Velden, F. F. 2017. “Será eles o que a gente foi? Karitiana, Puruborá e dois povos indígenas isolados em Rondônia”. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 8, p. 105-120.
- Vander Velden, F. F.; Lolli, Pedro 2021. “Das áreas culturais às redes de relações: os sistemas regionais ameríndios em análise”. São Paulo: *BIB*, n. 94, pp. 1-57.
- Vasconcellos, Anderson. 2019. “O que pode salvá-los é o posicionamento geográfico, estão no alto da Serra da Estrutura”. In: Ricardo, Fany; Gongora, Majói (orgs). *Cercos e Resistência: povos indígenas isolados na Amazônia brasileira*. São Paulo: ISA, pp. 72-75.
- Vaz, Antenor. 2011. *Isolados no Brasil. Política de Estado: Da tutela para a política de direitos - uma questão resolvida?* Informe IWGIA, 10.
- Vieira, Marina Albuquerque Regina de Mattos. 2020. “Plano de Gestão e Governança da Terra Indígena Yanomami”. In: L. D. B. Grupioni (org.), *Em busca do bem viver. Experiências de elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas*. São Paulo: RCA, pp. 84-107.
- Villa, Amanda. 2018. *Demarcando vestígios: definindo (o território de) indígenas em isolamento voluntário na Terra Indígena Massaco*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos.
- Villa, Amanda. 2022. “Roçando caminho e semeando paisagem”. *Maloca – Revista de Estudos Indígenas*, 5: e022012.
- Viveiros de Castro, Eduardo. 1986. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ANPOCS.
- Viveiros de Castro, Eduardo. 1996. “Comentário ao Artigo de Francisco Noelli”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n.2, p. 55-60.
- Yamada, Erika; Amorim, Fabrício. 2016. “Povos indígenas isolados: autonomia e aplicação do direito de consulta”. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 8, nº 2, pp. 41-60.
- Walker R. S.; Hamilton M. J.; Groth A. A. 2014. “Remote sensing and conservation of isolated indigenous villages in Amazonia”. *Royal Society Open Science*., v. 1, pp. 1-7.

Watling, J. *et al.* “Impact of pre-Columbian ‘geoglyph’ builders on Amazonian forests”. *PNAS*, v.114 (8) 1868-1873 <https://doi.org/10.1073/pnas.1614359114>